



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia – Pós-Graduação

Ruy Braga

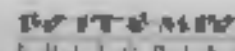
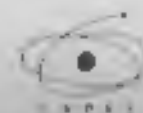
Obras Consultadas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFCH-USP

- Andréas Hély Piteucel e Réginaldo Prandi. *A realidade Social das Religiões no Brasil*. Hucitec, 1996.
- Barbilio João Salbani Jr. *Labirintos das Gerações à Nova República*. Hucitec, 1996.
- Réginaldo Prandi. *Moradia de São*. Hucitec, 1996.
- Italo Cardoso e Paulo Silveira (orgs.). *Utopia e Mitos na Cultura: Perspectivas Transculturais*. Hucitec, 1997.
- Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. *Um Samba de Choro*. Hucitec, 1998.
- Andréas Hély Piteucel. *Cidades da Diferença*. Editora 34, 2ª ed. 1999.
- Mário Antônio Buitola. *Entre as Libras e a Psicologia Humana*. Editora 34, 1999.
- Leopoldo Watzlawick. *As Avenidas de Georg Simmel*. Editora 34, 2000.
- Italo Cardoso. *Pontes e Crises da Presença*. Editora 34, 2001.
- Vera da Silva Telles. *Deleuze e Cidadania*. Editora 34, 2001.
- Paulo Meneses. *A Mito-Lês – Cinema e sexualidade nos anos 70*. Editora 34, 2001.
- Sylvia Gi Garsia. *Outro Império – Sobre a herança de Floriano Fernandes*. Editora 34, 2002.
- Andréas Hély Piteucel. *O Desencantamento da Alameda*. Editora 34, 2ª ed. 2003.
- Nádia Araújo Guimarães. *Gente em Crises*. Editora 34, 2004.
- Leonardo Mello e Silva. *Trabalho em Grupo e Socialidade Primária*. Editora 34, 2004.
- Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. *Presença e Desaparecimento*. Editora 34, 2004.
- Vera da Silva Telles e Robert Carbone (orgs.). *Nos trópicos da cidade. Insegurança urbana e suas territorializações*. Hucitec, 2006.
- Gilauco Arêde. *Imagem em Imagem: A indústria brasileira na indústria de alta tecnologia*. Papagaio, 2007.
- Helena M. Miranda. *O Rio da Esmola: A ocupação da cidade brasileira na indústria de alta tecnologia*. Papagaio, 2007.
- Fernando Pinheiro, Maria Helena Augusto, Raquel Weiss, Alexandre Marzella. *Durkheim – 150 Anos, Argumentos*. Editora, 2008.
- Eva Alterman Bay. *Anatomia de Mulheres e Direitos Humanos*. Editora 34, 2008.
- Nádia Araújo Guimarães. *Desemprego, uma experiência social*. São Paulo, Pura e Falsa. Argumentos Editora, 2009.
- Vera da Silva Telles. *A Cidade nas Fronteiras do Legal e Illegal*. Argumentos, 2010.
- Helena Helena Teixeira de Sousa Martins, Patrícia Alejandra Collado, organizadoras. *Trabalho e Simbolismo no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Hucitec: PPGS/USP; Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2012.
- Cristian Azzi, Gabriel Kessler, Vera da Silva Telles, organizadores. *Populismo, cidade e política*. Belo Horizonte, MG: Foco Trópicos Programa de Pós-Graduação em Sociologia – USP, 2012.

Obras Apoiadas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFCH-USP

- Franz Werber. *O Rio de Janeiro e o Rio de Janeiro da Modernidade*. São Paulo, EPU, 1981.
- Ruy Braga e Nelson Rosendo. *Pontes e Crises da Presença*. Alameda, 2003.

A POLÍTICA DO PRECARIADO do populismo à hegemonia lulista



Copyright © Boitempo Editorial, 2012

Coordenação editorial
Ivana Jinkings

Editorial-adjunto
Sibiana Lepre

Assistência editorial
Livia Campos

Diagramação e revisão
Ana Lúcia Vilela
Fernanda Marão

Capa
Antonio Kehl

sobre fotografia de Carlos Maia, *Paradoxos da Prejudicialidade* (1) (10/2012)

Diagramação
Cayon Editorial

Produção
Giovana Gamêlo

CIP-Brasil. Catalogação Nacional:
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

0429p

Braga, Ray. 1972.

A política da perseguição / de Ray Brega. - São Paulo : Boitempo, 2012. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2012. (Mundo da Mulher.)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7149-294-4

1. Ciências sociais. I. Ciência política. II. Populismo.
4. Sindicalismo. I. Socialismo. I. Liberalismo. I. São Paulo (Estado).
[Lula da Silva, 1961-]. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. II. Título.

12-7980

CDD 320.5

COD 528.4/6

2012 12 06 11 12

040964

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

Este livro atende às normas do acordo ortográfico em vigor desde janeiro de 2009.

Esta edição contou com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP, do Cenedio-USP e da Capes, entidade do Governo Brasileiro voltada para a formação de recursos humanos.

1ª edição novembro de 2012

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 573
05442-000 São Paulo SP
Tel./fax: (011) 3875-7250 / 3872-6969
salvatoreboitempoeditorial@gmail.br
www.boitempoeditorial.com.br

*Importa ao materialismo histórico capturar uma
imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para
o sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça
tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus
destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo:
deixar-se transformar em instrumento da classe dominante.*

Walter Benjamin, *Sobre o conceito de história*, 1940

PARTE II

A TRANSFORMAÇÃO
DO AVESSO

*Olho na peneta, lá fora, no mundo
Olho na peneta
Dinamite é o feijão cozinhando
Dentro do molho dela.*

Lenine, Na praça, 1960

O SORRISO DOS EXPLORADOS

Em 2003, ao mesmo tempo em que Chico de Oliveira adiantava sua afamada tese sobre as bases sociais da conversão petista ao leninismo, Alvaro Bianchi e eu levantamos a hipótese de que o vínculo orgânico "transformista" da alta burocracia sindical com os fundos de pensão poderia não ser suficiente para gerar uma "nova classe", mas seguramente pavimentaria o caminho sem volta do novo sindicalismo rumo ao regime de acumulação financeiro globalizado. Chamamos esse processo de "financeirização da burocracia sindical".

Um dos principais desafios enfrentados pelas análises do governo do PT era identificar as origens históricas do lulismo. Chico voltou-se para o final da década de 1990, quando os sindicalistas cutistas começaram a influenciar o controle dos fundos de pensão das empresas estatais. André Singer acompanhou os que entendiam que a "Carta ao Povo Brasileiro", na qual Lula da Silva garantia a segurança dos operadores financeiros, teria modificado o curso radical seguido pelo PT até então. Naturalmente, análises com foco unilateral no carisma de Lula da Silva, como a de Jessé Souza, por exemplo, nem mesmo cogitaram considerar esse tipo de problema.

Ao contrário, nossa hipótese identificou a arqueologia da hegemonia lulista na relação da burocracia sindical com o operariado do ABCD, especialmente sua fração precarizada, na segunda metade da década de 1970. O objetivo deste capítulo é investigar as metamorfoses desta relação política à luz de revisitas etnográficas e estudos de caso do grupo operário metalúrgico, entre 1968 e 1981. Para tanto, selecionamos os trabalhos de Celso Frederico, John Humphrey e Luís Flávio Rabinho, entre outros, no intuito de reconstituir os principais momentos por meio dos quais a transformação do objeto do conhecimento, isto é, a relação do grupo operário metalúrgico com a burocracia sindical de São Bernardo, realizou-se.

Não há pretensão de originalidade aqui. Antes de mais nada, trata-se da reconstrução *arqueológica* dessa relação, apoiada em pesquisas de flagrante inspiração marxista, que recorreram largamente a técnicas etnográficas a fim de perscrutar o grupo metalúrgico do cinturão industrial paulistano. Não pretendemos utilizar novas fontes, tampouco realizaremos pesquisa de campo privilegiando a memória de trabalhadores aposentados ou líderes sindicais dos anos 1970. (Naturalmente, consideramos esse tipo de desafio mais do que urgente.) Nosso objetivo, contudo, consiste em revisitar essas etnografias a fim de apreender a evolução da relação entre a inquietação operária e a burocracia sindical, especialmente durante o período compreendido entre as greves de Contagem e Osasco, em 1968, até as duas greves com a tomada da fábrica da Ford, ocorridas em 1981.

A exemplo do capítulo anterior, privilegiaremos as *revistas focadas* nos estudos pioneiros da sociologia profissional do trabalho no país, a fim de contrastar a *relação do grupo operário com a burocracia sindical antes e depois do golpe militar, que colocou um ponto final na experiência da "república populista"*. O colapso do populismo brasileiro precipitou também a crise das teorias da modernização social que tanto haviam influenciado o início da sociologia do trabalho no país, abrindo caminho para a revivificação de uma sociologia do trabalho afinada com compromissos políticos socialistas. Sendo, vejamos.

Já no final dos anos 1960, quando Celso Frederico iniciou sua pesquisa de campo sobre o operariado metalúrgico na cidade de Santo André, um estilo de análise largamente permeável à habilidade política da classe operária de transformar suas relações com as empresas e com os sindicatos começava a substituir as preocupações, características da geração anterior, com o atraso do processo de desenvolvimento brasileiro. Assim, uma verdadeira *transformação no conhecimento do objeto* começava a se insinuar. Posteriormente, a década de 1970 também conheceu a recepção de teorias renovadas, em especial aquelas associadas ao debate anglofônico sobre o processo de trabalho, inspirado pela publicação, em 1974, do livro de Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista*. Nesse sentido, as preocupações com a origem rural da massa operária, bastante frequentes nos trabalhos de Leônelo Martins Rodrigues e de Juarez Rubens Brundão Lopes, viram-se desprestigiadas em benefício de questões mais afins ao universo fabril, como, por exemplo, o regime fabril, a relação salarial, o sistema de controle da força de trabalho, o problema da rotatividade e intensidade do trabalho¹.

Trabalho e política em São Bernardo

Não seria exagero observar aí uma certa guinada na direção do processo de trabalho compreendido como um terreno moldado por aparelhos de produção que reproduzem os conflitos classistas. Enquanto a concacenação mais ou menos coerente desses aparelhos formaria um tipo historicamente determinado de regime fabril (*despótico, hegemônico, despótico hegemônico...*), a regulação dos conflitos e as relações sociais configuraria a *poli-*

tica da produção. Como é possível imaginar, trata-se de um estilo sociológico crítico e reflexivo que privilegia o chão de fábrica, articulando-o a um amálgama multidimensional de instituições e práticas sociais. Nesse tipo de sociologia, o padrão de proletarianização, as estratégias salariais, os mercados de trabalho (externo e interno), o sistema predominante de negociação, o estilo de sindicalismo praticado e o tipo de intervenção do aparelho de Estado na reprodução dos conflitos trabalhistas tendem a ser igualmente considerados pelo "sociólogo-como-um-etnógrafo"².

De fato, quando comparada aos estudos sobre a trajetória histórica dos sindicatos ou a análise de movimentos grevistas, essa pauta investigativa é menos comum no Brasil. Podemos dizer que, ainda hoje, o peso do Estado na determinação da estrutura sindical, somado às dificuldades próprias às pesquisas em empresas, além do protagonismo político sindical desde o final dos anos 1970, redundaram em um acúmulo maior de trabalhos tendentes a privilegiar o desenvolvimento histórico das formas organizativas da classe trabalhadora no país em detrimento das pesquisas do chão de fábrica³. A despeito de sua importância para as origens da sociologia profissional do trabalho no país, ocorrem em menor número, concentrando-se em estudos de caso. As etnografias operárias são inusuais no ambiente sociológico profissional ou crítico brasileiro e, quando ocorrem, afastam-se do ambiente fabril, concentrando-se, com grande êxito, vale observar, na relação entre a dinâmica da recomposição urbana na globalização e a realidade do trabalho precário nas periferias das grandes cidades⁴.

Desse modo, a revista *focada* de Humphrey constitui uma das poucas exceções à regra. Destacando a indústria automobilística, o autor soube transformar a realidade do chão de fábrica em um terreno investigativo capaz de iluminar as consequências políticas da reprodução do regime de acumulação despótico durante a regulação autoritária. Ao ensaiar essas dimensões em um estudo de caso de duas

¹ Para mais detalhes, ver Michael Botwinow, *The Politics of Production: Factory Regimes Under Capitalism and Socialism* (Nova York, Verso, 1983).

² Entre as exceções à regra, destacam-se Vera Maria Cândido Pereira, *O espaço da fábrica: estudo de uma entre operários e obreiros* (São Paulo, Canguçu, 1979); José Sérgio Leite Lopes, *A invisibilidade dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"* (São Paulo, Maroon Zero, 1988); Márcia de Paula Leite, *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária* (São Paulo, Scritta, 1994); e José Ricardo Ramalho, *Estado-padrão e linha operária: o caso FOM* (São Paulo, Paz e Terra, 1989). Uma certa linha de continuidade entre esses trabalhos e os estudos de caso desenvolvidos no início dos anos 2000 pode ser encontrada em Vanessa de Oliveira, *Trabalho no Brasil: desenvolvimento da fábrica, movimento e resistência* (São Paulo, Expressão Popular, 2004); e Paula Marodino, *A lógica da privatização: reestruturação do trabalho na Honda do Brasil* (São Paulo, Expressão Popular, 2004). Exemplos de trabalhos publicados recentemente que retomam a trajetória da classe trabalhadora articulando as estratégias sindicais às modificações políticas mais globais podem ser encontrados em Mônica Aurélio Santana, *Homens partidos: comunistas e sindicalistas no Brasil* (São Paulo, Boitempo, 2001); Adalberto Moreira Cardoso, *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil* (São Paulo, Boitempo, 2003); e Andréia Galvão, *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil* (Rio de Janeiro, Revan, 2007).

³ Para mais detalhes, ver Vera da Silva Telles e Robert Calvares (orgs.), *Nas margens da cidade: trajetórias e lutas de uma comunidade* (São Paulo, Humania, 2006); e Robert Calvares, Isabel Georges, Cibele S. Marchi e Vera da Silva Telles (orgs.), *Sociedade emergente: ganhando e perdendo a vida na periferia de São Paulo* (São Paulo, Boitempo, 2010).

⁴ Ver John Humphrey, "Operários da indústria automobilística: a no Brasil como trabalhadores do automóvel globalizado", *Novos Estudos Cedeplar*, São Paulo, 1999.

plantas industriais automotivas; o autor apreendeu, ainda em meados da década de 1970, certos padrões do comportamento operário e da ação sindical metalúrgica, inexplorados pela sociologia profissional do trabalho brasileira. Essa empreitada se fez acompanhar pela recolocação dos limites do sindicalismo populista, apoiada sobretudo nos trabalhos de Francisco Weffort. Ou seja, Humphrey incorporou a ideia segundo a qual a orientação da cúpula sindical em direção ao, na expressão de Weffort, "Estado de compromisso social" representava o eixo em torno do qual o sindicalismo populista estava organizado:

Na situação política de desenvolvimento acelerado do início dos anos 60, o sistema corporativo de organização do trabalho conservou sua estrutura formal, mas sua ação foi transformada pelo uso que se fez dele. Com relação a isso, as forças nacionalistas de esquerda no movimento sindical alteraram fundamentalmente o equilíbrio político do poder, fazendo dos sindicatos uma força política independente, embora apenas através da mobilização de cima para baixo.⁶

Como vimos nos capítulos anteriores, a noção segundo a qual o sindicalismo populista mobilizava os trabalhadores exclusivamente "de cima para baixo" parece-nos problemática à luz dos estudos recentes empreendidos por sociólogos e por historiadores sociais do trabalho sobre o populismo.⁷ Na verdade, esses estudos demonstraram que o movimento sindical estava subsumido a uma complexa relação que partia das cúpulas rumo às bases, mas igualmente enfrentava-se com a pressão das bases sobre as cúpulas. Ou seja, encontramos vários indícios da existência de uma pressão social suficientemente robusta para colocar os militantes sindicais de base em rota de colisão com as cúpulas sindicais. Nesse sentido, tanto os operários mobilizados tensionavam as cúpulas "de baixo para cima" como estas buscavam fazer com que, em determinados momentos, os trabalhadores respondessem às suas iniciativas, isto é, "de cima para baixo".

Evidentemente, isso não diminui em nada a importância do trabalho de Humphrey. Na realidade, o eixo de sua interpretação não está localizado no período populista. Como afirma o autor, se a ditadura militar não podia ser pressionada pelos mesmos canais institucionais utilizados durante a república populista, restava ao movimento sindical, em especial o de São Bernardo, superar o dilema: acomodar-se ao assistencialismo ou orientar-se na direção das bases no intuito de fortalecer sua representatividade. Como veremos adiante, a trajetória da burocracia sindical de São Bernardo entre 1964 e 1977 deslocou-se das inúmeras tentativas de barganhar com a ditadura para a mobilização dos trabalhadores metalúrgicos.

Weffort e Humphrey foram pioneiros em argumentar que a responsabilidade pela ausência de mobilização operária verificada logo após o golpe militar deveu-se não à composição rural da força de trabalho, mas à incapacidade do sindicalismo populista de mobilizar os operários dos setores dinâmicos da economia⁸. A nova combinação entre o regime de acumulação despótico e a regulação autoritária tornou obsoleto esse movimento, alimentando uma crescente insatisfação entre as fileiras operárias do ABCD e de Osasco. O golpe militar também debilitou a resistência operária ao processo de reprodução das desigualdades de renda, fortalecendo o controle dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. No tocante às relações trabalhistas, o objetivo principal do golpe militar foi acabar com a mobilização sindical, subordinando o operariado à superexploração do trabalho. Assim, a negociação dos trabalhadores com as empresas foi praticamente eliminada.

Além disso, a ditadura militar introduziu políticas que institucionalizaram a rotatividade da força de trabalho. Ao eliminar o ônus patronal sobre as demissões imotivadas, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) reforçou tanto a degradação das condições de trabalho quanto a política de compressão salarial. Humphrey foi o primeiro a perceber a natureza sistêmica da política de rotatividade do trabalho praticada pelas empresas da região: quando alcançavam as escalas mais elevadas de ocupação, os operários eram sumariamente demitidos a fim de reduzir a folha de pagamentos da empresa.

Antunes mostrou o aumento da exploração do trabalho operário por meio da concentração dos metalúrgicos nas faixas salariais mais baixas:

TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO DOS SALÁRIOS POR SETORES

Faixa de salários*	Indústria				
	Metalúrgicos				
	1956	1961	1966	1971	1976
Menos de 1 SM	6,5	6,0	5,5	7,7	8,6
De 1 a 2 SM	25,6	21,7	28,9	46,3	42,3
Até 2 SM	32,1	27,7	54,4	54,0	48,9
De 2 a 3 SM	34,6	41,5	23,0	20,3	18,9
De 2 a 5 SM	61,3	64,5	39,9	38,9	37,3
De 3 a 5 SM	26,7	23,0	16,3	16,3	18,3
De 5 a 10 SM	5,9	6,7	5,2	6,6	10,6
De 10 ou + SM	0,7	1,8	1,0	2,5	3,2
De 30 ou + SM		0,2	0,1	0,1	0,1
De 5 ou + SM	6,6	7,7	6,2	9,1	13,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Adaptado de Distribuição Salarial. Diáspora, vol. 1, p. 15.

* Em Cr\$ de 1973.

⁶ John Humphrey, *Fazendo o "muleiro": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira* (Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1982), p. 28.

⁷ Para mais detalhes, ver Marcelo Badaró Mattos, *Óperas e setores sindicais no Rio de Janeiro (1953-1988)* (Rio de Janeiro, UFRJ, 1996); Marco Aurélio Siqueira, *Hermos parados* (ed., Antonio Luigi Nêgo, Limão de Montegem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização do trabalho Badaró (1943-1978) (São Paulo, Boitempo, 2009); e Paulo Fontes, *Comunistas em São Paulo: metalúrgicos migrantes em São Miguel Paulista (1943-1966)* (São Paulo, Editora FGV, 2009); e Marcelo Lodi, *Condições de vida trabalhadora (1970-1980)* (Campinas, Editora da Unicamp, 2011).

⁸ Não deixa de ser curioso observar que foi Juarez Brando Lopes, principal referência do problema do subdesenvolvimento capitalista, quem criticou o trabalho de campo de John Humphrey durante suas visitas ao Brasil.

Citado em Ricardo Amato, *A indústria do trabalho: o confronto operário no ABC paulista de 1964-1980* (Campinas, Editora da Unicamp, 1992), p. 150.

Evidentemente, essa progressiva degradação salarial alimentou a insatisfação operária: "A maioria dos operários é revoltado por isso, porque ele trabalha, sacrifica... chega na dia vinte em diante ele tá duro. Uns por falta de cabeça e a maioria porque num dá mesmo"¹⁰. Por isso, o controle do movimento sindical pelo Estado representou uma incontestável derrota para os trabalhadores: a ditadura militar bloqueou a pressão dos sindicatos sobre o governo, característica do modo de regulação anterior, cristalizando o modelo despótico de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a perseguição de dirigentes sindicais pelo novo regime, associada à intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, revivificou as disputas pelo controle do aparelho sindical entre velhos pelegos sindicais, comunistas, trabalhistas "de esquerda" e a corrente dos chamados sindicalistas "autênticos". Naturalmente, a politização do conflito classista não interessava à aliança empresarial-militar. Assim, após a promulgação do AI-5, as direções das empresas sentiram-se à vontade para, ao menor sinal de conflito, empregar a força policial. E o controle sobre os trabalhadores foi restabelecido à custa do aumento da repressão política e da brutalidade das chefias.

Tendo em vista essas características da regulação autoritária, não causa espanto que ela tenha aproximado a burocracia sindical das bases operárias, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1970. Já em 1973, cinco anos após a promulgação do AI-5, a convergência entre a escassez de força de trabalho e a degradação dos níveis salariais fez com que o operariado das indústrias química e automobilística retornasse à mobilização nos locais de trabalho. O sindicalismo desses setores passou, então, a exigir a volta do direito de greve como pré-condição para a realização de negociações coletivas livres:

Nós queríamos que fosse discutido umas leis básicas e o restante fosse discutido entre empregado e empregados. Que realmente o Sindicato pudesse ser representante dos trabalhadores e, juntamente com a Diretoria dessas indústrias, encontrar a solução para o problema dos trabalhadores dessas indústrias. Que o contrato de trabalho fosse coletivo e não individual. Mas o governo entende que não e num permite. Até na época dos aumentos salariais, quando devia empregado e empregador discutir, vem o governo e decreta o aumento salarial não importando se uma empresa, durante o ano, teve prejuízo ou se uma outra teve noventa por cento de lucro. O decreto é igual pra duas. O que o governo devia, isso sim, era decretar o mínimo e deixar o restante para que o Sindicato discutisse. Mas, o Sindicato só pode discutir com autonomia... o Sindicato só pode discutir com direito de greve, porque é, na minha opinião, a única coisa que o empregado tem pra barganhar com o patrão. E isso, infelizmente, não é possível porque a greve é regulamentada. [...] Hoje a autonomia é muito restrita, hoje nós somos proibidos por [AI-5] de fazer greve."

Essa aproximação entre operários e sindicalistas não ocorreu sem desconforto. O "burocratismo" sindical predominante em São Bernardo durante a primeira me-

tade da década de 1970 afastava os operários politicamente mais ativos¹². A despeito da maior eficiência alcançada pela burocracia sindical no tocante aos serviços assistenciais e à orientação jurídica, além da construção da nova sede e outras iniciativas semelhantes, a ênfase na solução jurídica para os conflitos trabalhistas criava obstáculos para a aproximação das bases operárias:

Océ vai lá no Sindicato...océ vai pedi alguma coisa...ele num tá organiza pra fazê aquilo. Eu só sócio, mais quando océ vai pedi alguma coisa...eles que tá envolvi por meio di lei. É muito bão, assim, pr'ocê chegá lá abri processo, aí é na hora...num sei porque, mais parece qui eles acham bão é abri processo, aí é na hora. Eles gostam de mexê é com Justiça do Trabalho.¹³

O "burocratismo" manifestava-se, igualmente, na fala dos dirigentes:

A minha frustração [como dirigente sindical], além dessas coisas, é que tem muito a fazer pela classe trabalhadora e nós podemos fazê pouquíssimo. [...] Era preciso fazê mais. É fazê mais de qui feito, se, em firmas de vinte, trinta mil empregados, nós temos três dirigentes sindicais? [...] Aqui a gente vive mais na base de pedi. [...] A gente usa muito a palavra consentir com o trabalhador, mais é duro consenciar o trabalhador, quando ele sabe que na porta da fábrica tem com esperando que ele seja mandado embora pra entrá no lugar dele... [...] É o Sindicato só tem pra oferecer pra ele lutar e jamais ele vai querê lutar, pelo menos enquanto ele não tomar consciência das condições que ele está enfrentado, e, quando ele tomar essa consciência, ele é despedido e começa a vida dele outra vez. [...] Agora, a gente observa, que o trabalhador, realmente, de um jeito em di outro, ele num vai lá, seja porque num tá interessado pelo Sindicato, seja porque ele num quer nada mesmo, espera que o negócio venha de cima mesmo, espera que o governo resolva tudo. Então, ele acha que aquilo não resolve nada...que não resolve nada, e fica por isso mesmo".¹⁴

Um dos efeitos mais notórios do burocratismo, convenientemente racionalizado acima pelo sindicalista, consiste em justificar a fragilidade do sindicato pela inoperância das bases. No entanto, o burocratismo não deve ser confundido com a acomodação dos dirigentes à estrutura sindical. De fato, o bloqueio estrutural da mobilização existia, expressando correlações de forças desfavoráveis à ação coletiva. A etnografia de Luís Flávio Ralinho revelou a existência de distintos momentos, coerentes porém dissonantes, do amadurecimento da experiência sindical da base metalúrgica de São Bernardo. Em certa medida, trata-se da trajetória que vai da recicência à mobilização ao maior ciclo grevista da história do país:

"Eu não gosto desses movimentos. O Sindicato antigamente fazia política e o Sindicato não era social. Era movimento de agitação, fazia greve, quebrava vidros e eu não gostava." "Os Sindicatos jogava a gente no fogo e depois saía fora. Uma vez, antes de sessenta e quatro,

¹⁰ Operário metalúrgico, citado em Luís Flávio Ralinho, *Os porões da grande ABC* (Petrópolis, Vozes, 1980), p. 137.

¹¹ Sindicalista metalúrgico de São Bernardo, citado em Ralinho, p. 138.

¹² Por "burocratismo" sindical entendemos uma prática social concentrada no recato à justiça do trabalho como meio privilegiado de resolução dos conflitos trabalhistas, evidenciando a existência da "crise na 'neutralidade'" do Estado por parte do sindicalismo de São Bernardo.

¹³ Citado em Ralinho, p. 213.

¹⁴ Citado em Ralinho, p. 230.

fora lá e insuflar a greve. Depois o Presidente do Sindicato chegou num acordo lá com a firma, e nós ficamos na plot." [...] "As greves eram desorganizadas. Mais elas contribuíam como uma tentativa pra resolver nossos problemas coletivamente." [...] "E eles falavam: Olha, pra í pra lá pra escutá besteira, papo-furado... o que eles apresentam é o que sai todo ano, e realmente, é sempre aquilo que a Diretoria traz... porque a Diretoria tem um corpo jurídico; é aquilo tudo ali mastigado, então eles leva aquilo lá na Assembleia, tudo mastigado e apresenta... enquanto o peão só tem tempo de batê o cartão e por aí discussão." [...] "Já fui na sede do Sindicato em São Bernardo e assisti à reunião. Eles falavam dos problemas da firma e de aumento. Eu acho que o Sindicato tem muita força, mas poucos sócios. O Sindicato tem também médico, dentista, barbero. O Sindicato dá boa orientação pra conhecer os direitos, mais pra não nam servir. Se todo mundo fosse sócio do Sindicato como é do INPS, o Sindicato ia pra frente." [...] "Com o Sindicato o operário tem mais direito. O Sindicato apoia e defende quem foi mandado embora. O futuro é com o Sindicato." [...] "Agora, a pessoal quando gosta do assunto opina. Tive um orador lá na assembleia do sindicato que falou muito... ele até falou sobre o custo de vida que tá lá em cima, mais o salário tá rastejando... foi muito aplaudido, mais aplaudido assim, a pessoal aplaude, mais parece que o negócio é momentâneo." [...] "Eu já ouvi falar no Sindicato, mais nunca fiz parte. Mais penso em entrar de sócio no Sindicato. Um colega levou o papel do Sindicato pra mim e era muito bom. Mas tem que pagar mensalidade, aí eu não entendi."¹⁹

O regime fabril despótico e o precariado metalúrgico

Durante a primeira metade dos anos 1970, as iniciativas da burocracia sindical de São Bernardo concentraram-se em negociações por melhores salários e condições de trabalho nas fábricas. Isso levou John Humphrey a propor duas questões-chave:

Que relação existe entre os movimentos nos locais de trabalho e o "novo sindicalismo" na cúpula? [...] Se as novas formas de organização se baseiam predominantemente nas indústrias dinâmicas, haverá perigo de que os trabalhadores desses setores possam constituir uma aristocracia operária?²⁰

No intuito de buscar respostas para essas questões, Humphrey revisitou o problema da consciência de classe e do subdesenvolvimento capitalista.

Concentrando-se em empresas automobilísticas de São Bernardo – uma delas, a mesma pesquisada por Rodrigues cerca de uma década antes –, Humphrey relatou a ideia de que o precariado metalúrgico seria formado majoritariamente por operários jovens e sem tradição de trabalho industrial. Nas duas fábricas automobilísticas estudadas, cerca de 61% dos operários eram classificados pela companhia como operários não qualificados (20%) ou semiquualificados (41%), a maioria já contando com algum grau de experiência urbana e industrial. A despeito dessa proporção ser mais elevada do que as encontradas nos setores tradicionais, esse percentual não diferenciava a indústria automobilística dos demais ramos metalúrgicos.

A abundante oferta de força de trabalho não qualificada no pós-guerra, somada aos progressos da automação e do controle gerencial, estimularam as montadoras a recrutar no mercado externo de trabalho. Na medida em que a experiência operária era menos importante para a elevação da produtividade do trabalho, o interesse das empresas em estabilizar os trabalhadores declinou. Como bem demonstrou Humphrey, a política da rotatividade da força de trabalho ajudava a estruturar um sistema industrial que não apenas servia para garantir a obtenção da disciplina operária devido ao medo do desemprego, como também favorecia os aumentos de produtividade.

A subordinação da folha salarial ao departamento financeiro das empresas também permite perceber por que a progressão funcional levava à demissão. Ao progredirem na carreira, os operários semiquualificados que alcançavam as posições mais altas eram demitidos e substituídos por jovens não qualificados, que recomençavam o ciclo. Este supunha a existência de uma complexa hierarquia salarial que anunciava aumentos atribuídos em parcelas e por períodos conforme o parecer das chefias. O operário buscava, então, trabalhar disciplinadamente para ascender a uma faixa salarial mais elevada. Quando o operário por fim conseguia alcançar essa faixa, era demitido e substituído por outro que recomençava com um impulso renovado o mesmo ciclo desde as faixas salariais mais baixas.

A gente vê assim o problema da rotina de trabalho... cada ano aumenta as coisas que já foi feita... uma pesquisa através do órgão da Dieese que saiu no jornalzinho do Sindicato... então já foi comprovado que cada vez que aumenta o salário do peão... ela aumentou o salário pra aumentar o salário, mais que a mão de obra ela que mais. Existe uma... uma... cronometrista. Aquela que mede o tempo. Através do cronômetro, então ele fica ali no pé da máquina. E daí eles fazem aquele cálculo... nu da seguinte eles já procuram tirar o elemento. Que ele, diminui a mão de obra de um.²¹

Assim, não é difícil compreender o desinteresse da indústria em negociar com os sindicatos. Para Humphrey, esse sistema industrial conduziu os operários da indústria automobilística na direção dos mesmos interesses do restante da classe trabalhadora brasileira. Além disso, após 1964, o precariado metalúrgico – diferentemente dos operários qualificados que ainda recebiam certos reajustes salariais – sofreu mais agudamente com a carestia. Durante o período do "milagre econômico" (1968-1975), a inquietação operária motivada pela deterioração salarial, assim como pela intensificação da produtividade do trabalho, fomentou formas passivas de resistência entre as fileiras operárias:

"Cada um tem uma mentalidade. Tem pessoas que zela pela sua máquina, cuida. Outras vê a máquina com raiva. Que distrai. Cabi com aquilo. Isso acontece demais numa seção. E se alguém fala cara eles... ele fala: Num é meu não, rapaiz... Deixa isso cabi. [...] Quando recebe uma diá... a maioria das pessoas vai quetinho faz aquilo mais pra dentro ele tá remunerado."²² Ou ainda: "Então, eu conversei com ele e falei: estava a senhora não passa

¹⁹ Cado em *Índices*, p. 216-7.

²⁰ John Humphrey, "Operários da indústria automobilística", vol. 1, p. 89.

²¹ Cado em *Índices*, p. 216-7.

²² Cado em *Índices*, p. 89.

pela nossa problema. U senhor não tem que enfiar aquela fita de torneira. U senhor num tem que pegá u ômbus. U senhor tem a seu carro. U senhor não suja as mãos. U senhor é mestre. U senhor lida cum papel. U senhor teria que passar pelo nosso problema pra entendê u qual é isso. Mas ele fala não, que a norma da firma é essa e que nós tem que... vivê assim. Então, a gente combinô, sabe? Isso foi uma reação da turma... ele que nos proibiu saf cinco e vinte e cinco da seção, falou: Não, nós temo que saf todo mundo junto cinco e vinte e cinco, até ele desist. Ele vai ameaça, dá carta de advertência... Tant u diabo. Mas a gente num deve desist, sabe? Cinco e vinte e cinco saf todo mundo junto. E, nós tamo saindo. E ele fica doido, sabe? Então, a gente sai cinco e vinte cinco, depois volta pra seção pra marcá u cartão".¹⁹

Isso sem mencionar o descontentamento com o trabalho noturno e com o interminável número de horas extras que, tendo em vista a pressão das empresas, o operariado como um todo era obrigado a aceitar. Na realidade, os longos períodos de horas extras em um setor que normalmente exige acentuado esforço físico, ocasionando fadiga intensa e acidentes de trabalho, consolidaram-se como uma prática comum na indústria automobilística brasileira:

Este problema de extra... isso aí é um troço antigo... ninguém conserta. A firma intensa e da vez u pelo exige... inclusive no meu setor eles tão na maior briga lá. Uns elementos querem emprestado pra outro setor pra fazê hora extra... esse outro setor u pessoal num fazê hora extra... num querem fazê hora extra, reivindicando melhor salário. Então eles deixam de pagá... u salário... um pouquinho mais pra aqueles que eles mandam aquilo lá... e eles às vez vão pagá u dobro mais... elementos que ali em baixo tá ganhando quatro... eles vão pagá oito pra pelo i fazê aquela hora extra. E u pelo vai. Vai matando. Porque ele ganhava um pouquinho mais. Aquilo pra ele fazendo hora extra é um negócio. Sem sabê que ele tá prejudicando u companheiro e ele... aí então quando foi agora, esses dias... é... do vido u pessoal tá entrando cum u processo de pedido de integração de hora extra. Vinte, décimo terceiro, essas coisa. (...) Océ tem que sabê que si ocê num vivê cum oito hora, ocê num vive nem cum vinte. Depois ocê tem que sabê que se ocê fô fazê hora extra só a firma é que tem a ganhá; ocê perde a saúde, energia, prejudica aquele seu companheiro, tira o emprego de dois ou três que tá lá fora precisando de trabalh".²⁰

Facilmente substituídos e recebendo salários menores, o precariado metalúrgico experimentava sérias limitações na resistência à imposição das longas jornadas e ao aumento dos ritmos do trabalho. Na vívida descrição de Ratinho, podemos compreender os expedientes utilizados por esses trabalhadores para aumentar a produção, assim como apreender a multiplicidade de fontes de pressão pela intensificação dos ritmos de trabalho que os submeriam:

Mas, como apesar do estado permanente de cansaço os operários não podem deixar de produzir, fazem, então, o que chamam de "apela" para conseguirem "vencer" o dia de trabalho. (...) Durante um certo tempo, mesmo o corpo não querendo, abstraiem-se de tudo e voltam-se inselva e obcecada mente para o trabalho que, realizado com afasco e rapidez, lhes

possibilita "esquentar o sangue" e ir até o final do expediente. Mas tendo acostumado o corpo ao ritmo, ele não pode ser esfriado. No entanto, invariavelmente, isso acontece com as interrupções para refeições. É então, na oportunidade, que recorre-se à bebida como estimulante, em bares existentes nas proximidades das fábricas... (...) Pode também ser atribuído [o ritmo intenso de trabalho] a outros fatores, tais como: a) competição e rivalidade entre as turmas, que "já faz parte da personalidade das empresas", embora não seja assim percebida pelos próprios operários; b) pessoas em experiência que, no afã de serem aprovadas para admissão definitiva, "dão tudo o que têm"; c) outros, desejosos de obter aumento ou promoção, trabalham intensamente para mostrar aos chefes que são "bons"; d) os que não possuindo "vícios" não desam suas energias e, finalmente, e) o receio de serem demitidos por não dar produção como os demais.²¹

Os efeitos do aumento do esforço físico eram visíveis não apenas no permanente estado de esgotamento do operário, mas, sobretudo, no aumento da produção. Entre 1970 e 1978, por exemplo, a produção na empresa revisitada por Humphrey havia dobrado, sem qualquer modernização saliente da base técnica. Não é de espantar que, a certa altura, a gerência tivesse simplesmente abandonado a cronometragem das tarefas, passando a exigir das diferentes seções metas arbitrárias:

Antes a gente tinha cronometragem. Aí estava certo. Mas agora [a não...] Se tem dez pessoa fazendo um serviço, eles já estão pensando que é demais e que devem tirar mais dois. Às vezes não dá. Todo mundo sai nervoso daqui.²²

Evidentemente, os problemas relacionados com as condições de saúde e de segurança dos trabalhadores aumentavam. Tendo em vista as características gerais desse sistema industrial, o que a indústria automobilística deveria fazer para atrair novos operários, renovar os ritmos e garantir a elevação da produtividade no setor? A solução impôs-se no próprio Ford, ou seja, nos chamados "altos salários"²³.

E o ciclo se completa: quando o precariado metalúrgico não conseguia mais acompanhar o ritmo e "dar a produção", seja por conta de fadiga, acidente ou adoecimento, era facilmente substituído por uma nova onda de jovens trabalhadores atraídos pelos altos salários praticados no setor. Além disso, produto da política de rotatividade do trabalho, as maciças flutuações do emprego no setor atingiam predominantemente o jovem precariado metalúrgico²⁴. A intensa rotação da força de

* Luiz Hério Ratinho, *Os peões do grande ABC*, cit., p. 244-5.

¹⁹ Gerente da FAL, citado em John Humphrey, *Faço de "moleque"*, cit., p. 90.

²⁰ Ver Auracino Graciel, *Americanismo e fordismo* (São Paulo, Hedra, 2005).

²¹ Conforme um militante de base do Sindicato de São Bernardo, relatando as dificuldades que a rotatividade da força de trabalho impõe ao ativismo sindical: "Já não tem quase gente que pede demissão. A grande maioria é mandada embora. Porque veja, lá o pessoal todo é judante geral, sem qualificação, então tem que ficar para o pessoal substituir. Isso atrapalha muito o nosso trabalho". O pessoal que entra lá não quer trabalhar, tem medo de ser mandado embora antes da experiência. E quando ocê consegue discutir, discussão pra uma reunião [...] pra, vem a discussão, são mandados embora. Tem um ditado que diz: 'pela que temos nós, não cria mais. Então o pessoal mandam a fábrica contando e tirando gente a tempo todo, então não se cria qualquer organização. Então no fundo que a rotatividade é aplicada para que a gente não se organize'. *Clube dos Americanos*, Material. A construção da usina (São Paulo, Brasilense, 1983), p. 27-8.

²² Citado em ibidem, p. 73.

²³ Citado em ibidem, p. 101.

trabalho, além de servir como meio de disciplinarização dos trabalhadores, correspondia à estratégia das montadoras de descarregar sobre o precariado o ônus das flutuações cíclicas das vendas de veículos, garantindo o aumento das margens de lucro: caso houvesse uma queda da demanda, os custos relativos ao pessoal deveriam ser adequados ao montante dessa queda e o volume do emprego ficava atrelado à flutuação das vendas.

Se fora da empresa os trabalhadores enfrentavam a ditadura militar, dentro das fábricas encontravam-se submergidos à autocracia dos departamentos financeiros: precariedade do emprego, instabilidade dos salários, condições inadequadas de segurança, cadências produtivas "infernais", arbitrariedade gerencial... Um ex-operário da Ford sintetizou da seguinte maneira os efeitos da combinação entre o controle e a rotatividade do operariado de São Bernardo:

Na maioria das vezes o peço, antes de ser admitido, pensa que vai trabalhar num lugar agradável, limpo, que lhe proporcionará bem-estar, segurança e bom relacionamento. Pode pensar que vai realizar aí sua vida como profissional e pessoa humana. Logo, porém, vem a realidade. Tudo isso apenas encobre algo que lembra um campo de concentração. (...) Tudo dentro da fábrica está organizado para tirar o máximo do operário às custas de um desgaste físico insuportável, poluição, barulho e ritmo incansável de trabalho que deixa a pessoa humana despojada de todas as reservas físicas, mentais e morais. (...) Quando o físico e a mente estão esgotados, quando o operário já adquiriu o suficiente número de doenças industriais incuráveis quando vai ficando só o fígado, então vem a substituição por um operário novo que entregará suas melhores energias que ficaram cristalizadas nos carros bonitos, produtos de seu suor, que percorrem e engarrafam as ruas das cidades, num ritmo louco de produção e consumismo muitas vezes inútil. (...) Existe a divisão artificial entre especializados e não especializados, diferenças de categorias e em cada categoria exaltas, tolas divórcios, A.B.C.D., artificiais, com pequenas diferenças de salários, a fim de promover a concorrência entre os próprios operários e criar a ilusão de uma luta individual para subir de escalão o que age contra o espírito coletivo de luta, e cria a disputa para aumentar e melhorar a produção.²¹

Percebendo a fragilidade do sindicato em negociar salários e melhores condições de trabalho, a situação encontrada por Humphrey em 1975 pode ser descrita como de relativa inutilidade. Mesmo assim, o autor reconheceu nos protestos "espontâneos" por melhores salários liderados pelos operários qualificados das montadoras em 1973 e 1974 consistentes indícios da existência de focus de resistência operária²². Combinando repressão com aumentos diferenciais de salários, a reação das empresas foi

suficiente para controlar a situação, restabelecendo a "normalidade" do processo de trabalho. No entanto, logo após o fim das paralisações, o precariado metalúrgico experimentou um acentuado aumento da carga de trabalho.

Tenendo a demissão, os trabalhadores submeteram-se aos ritmos impostos pelas gerências. Apesar disso, os protestos de 1973-1974 revelaram a existência de uma inquietação na base suficientemente forte para alimentar a retomada das reivindicações no setor. Humphrey chegou mesmo a comparar as respostas ao questionário de Rodrigues relativas às atitudes sindicais com outras obtidas a partir da tabulação de seu próprio questionário. Ele argumentou, então, que seus dados, apesar de não serem suficientes para afirmar que as fábricas de automóveis no Brasil estariam povoadas de operários com consciência de classe, permitiam ao menos afastar o veredicto em relação à auto-organização sindical.²³

Pedra 1: Da consciência contingente à consciência necessária

Entendimento próximo já podia ser observado na pesquisa de campo realizada, no final dos anos 1960, por Celso Frederico em uma empresa do setor competitivo da indústria de autopeças²⁴. Entrevistando operários de uma metalúrgica de Santo André, Frederico soube anunciar pioneiramente a transformação do conhecimento do objeto rumo à análise do regime fabril. Mobilizando um amplo cabedal de autores marxistas clássicos e contemporâneos – de Lukács a Lenin, passando por Rosa Luxemburgo e Ernest Mandel –, o autor construiu uma interpretação relativamente inédita entre nós a respeito da consciência operária, cujo eixo gravitava em torno da teoria lukacsiana

²¹ Tiver aqui cabida uma típica observação metodológica. A interpretação de Humphrey sobre seus próprios dados parece-nos correta e apropriada. No entanto, a comparação com o questionário de Rodrigues mostra-se um tanto ou quanto inadequada por duas razões: em primeiro lugar, não há qualquer esboço de contextualização histórica do estudo de Rodrigues (1963), ou seja, as transformações do objeto do conhecimento, era especial quando pensamos nas mudanças do regime político, foram, em larga medida, desconsideradas. Evidentemente, o evento histórico mais importante separando os dois estudos (1963-1975) foi o golpe militar de 1964 – acompanhado pela Ato Institucional n. 5 (1965). O golpe não apenas bloqueou os canais de interlocução do movimento sindical com o aparelho de Estado, empurrando o sindicalismo de volta ao assistencialismo social, como também promoveu a substituição das lideranças sindicais populistas por conhecidos "pelagos" indicados pelo Ministério do Trabalho. Além disso, não foi propriamente um trabalho de reconstrução teórica do estudo de Rodrigues capaz de iluminar as escolhas da pesquisa de campo. Ou seja, Humphrey acaba não destacando as tensões entre os dados e as teorias presentes em qualquer estudo de natureza etnográfica. Assim, perde a oportunidade de explorar os dados recolhidos por Rodrigues por meio de sua pesquisa. Ver John Humphrey, "Operários da indústria automobilística", cit.

²² Ver Celso Frederico, *Consciência operária no Brasil* (São Paulo, Unesp, 1978). Além da igualdade da investigação, a seleção dessa pesquisa justifica-se por seu autor concentrar-se em um grupo operário que não estava sob nenhuma influência automobilística da ABCD. Ou seja, esse estudo de caso permite abrir a consciência de classe e as condições de trabalho no setor "competitivo" da indústria metalúrgica, mostrando ainda mais pronunciado do que o setor automobilístico. Em suma, Frederico foi o primeiro a usar a linguagem adequada para a consciência operária após o golpe de 1964.

²³ Citado em José Carlos Aguilar Brito, *A revolta da Ford: o nascimento de um sindicalismo novo* (Vozes, 1989), p. 29-30.

²⁴ Não há motivos para surpresa, afinal, como era de se esperar, os grupos operários mais antigos foram malamente acumulando maior experiência nos locais de trabalho, resistindo a abandonar certa calma nos momentos em que ocorrem os conflitos entre as empresas. Além disso, era uma e mesma rotina a do processo de trabalho das setores profissionais – burocratas, por exemplo – que estavam se paralisando também em decorrência porque se uniram aos paralisantes, buscando para isso, uma pequena distância em termos de trabalho.

da *refificação*⁵⁴. Assim, buscou compreender a consciência do grupo operário em termos da processualidade na qual coexistiam, contraditoriamente, tanto a "falsa consciência" quanto as formas contingentes, fragmentadas e imediatas da consciência psicológica dos operários subsumidos ao processo de coisificação das relações capitalistas de produção – quanto vestígios de "consciência necessária", ou seja, a consciência capaz de reconhecer no operariado um sujeito político⁵⁵.

A fim de investigar a consciência operária em Santo André, Frederico: 1) pesquisou a consciência operária na história de sua prática imediata, apontando, ao mesmo tempo, para a existência de indícios de uma prática política transformadora; 2) realizou análises sociológicas profissionais cujo método (anti)limitava-se exclusivamente ao terreno da prática política imediata dos metalúrgicos; e 3) destacou as diferenças entre as formas da consciência contingente e necessária, especialmente a constituição da operária espontânea, as greves, a política do chão de fábrica e a relação dos operários com os sindicatos. Para isso, foi necessário revisar a interpretação da sociologia profissional tanto do problema da consciência de classe quanto do problema do subdesenvolvimento capitalista.

Para Frederico, a principal inconsistência da sociologia profissional foi ter reduzido os diferentes momentos da consciência operária à combinação da regulação populista com o regime de acumulação despótico. Diante disso, o autor procura partir de outra relação da teoria com o objeto, considerando o operariado como "sujeito de sua própria história" ainda que subsumido ao processo de refificação no operário, seriam capazes de elaborar seu inconformismo latente e reagir politicamente à sua própria refificação. As formas "espontâneas" da consciência de classe seriam, então, valorizadas, ainda que a relação entre as demandas econômicas e as reivindicações políticas apareça nítida no discurso dos operários entrevistados. Na realidade, Frederico enfatizou a necessidade de a sociologia do trabalho crítica opor-se em uma abordagem dialética da prática social capaz de combinar a investigação conjunta da *massa operária*, dos *operários avançados* e de seu *núcleo revolucionário*.

Amparado por suas entrevistas, ele concluiu que os operários mais qualificados e experientes atuavam como o grupo mais avançado e reivindicativo dentro da fábrica e que os ajudantes – pelo fato de serem jovens, solteiros, não qualificados ou semiqua-

lificados – tinham formas elementares da consciência de classe que, em determinadas condições históricas, poderiam evoluir para formas politicamente ativas. Por constituírem o grupo mais dominado e explorado do grupo operário, o precariado metalúrgico do setor competitivo da indústria automobilística, mesmo interpretando sua situação em termos mais vantajosos do que a do precariado rural, percebia claramente as dificuldades para progredir no interior da empresa. Por um lado, se a expectativa de progressão ocupacional reforçava certo conformismo, por outro, essa expectativa chocava-se diretamente com o modo da demissão, a realidade da carência e a intensificação do trabalho. Em certos momentos, essa *tensão latente* conseguia erodir as barreiras do conformismo, vocalizando uma inquietação capaz de fustigar até mesmo o sindicato:

Pedro: "O sindicato nunca tinha força antigamente. Agora ele caiu muito com a mudança de governo. O Castelo Branco entrou aí e acabou com tudo. O sindicato não pega mais força. Antes do Castelo os sindicatos tinham força, depois mudou. O Castelo disse que o sindicato não resolve nada, era tudo com ele que se resolvia. O sindicato perdeu a força e não tinha. Naquela época se o cara queria alguma coisa, tirava o pessoal lá lá e resolveva. Até greve podia fazer greve e o sindicato garantia. Agora antigamente só de ano em ano por lei e se os trabalhadores fazem greve o patrão chama a cavalaria sobre a gente. O presidente da República opedia o sindicato, qualquer coisa o sindicato falava com o presidente e conseguia. Agora o sindicato tem uma desculpa: diz que os trabalhadores estão muito que eles estão com medo". Outro: "O sindicato não vale mais nada. Antigamente ele tinha mais força, mandava pagar, parava. Depois que entrou o governo militar, eles cavaram e prenderam os dirigentes sindicais. Hoje é tudo mandado pelo governo. Antigamente tinha greve, eles tinham força para fazer greve e pedir aumento. Eles tinham força porque precisava apoiar eles também. Não é que apoiava, é que tinha liberdade de fazer. Com este governo acabou. Os operários não fazem mais greve porque não podem. Agora não pode nem falar, o governo prende"⁵⁶.

A valorização da insatisfação do jovem precariado metalúrgico, especialmente os ajudantes, levou Frederico a relativizar duas observações centrais nos estudos de Rodrigues sobre as greves operárias: por um lado, a ênfase atribuída por este à orientação salarial do governo não seria suficiente para compreender o sentido iminente das greves; por outro, a despeito de Frederico reconhecer que, em alguns casos, os piquetes apareciam como uma ameaça aos operários, nem todos os entrevistados manifestavam medo dos piqueteiros. A consciência operária aparecerá aos olhos do autor como uma realidade histórica e relacional formada por diferentes temporalidades que usualmente não costumam se coadunar. Daí a importância atribuída pelo autor aos setores aptos a estabelecer a ligação entre a massa proletária e os líderes sindicais, isto é, aqueles operários politicamente "avançados" capazes de elaborar as frustrações dos ajudantes. No entanto, em uma conjuntura marcadamente desfavorável à mobilização coletiva, os operários avançados tendiam a conter seu impulso militante.

Nem por isso o conformismo instalou-se entre os metalúrgicos. Incerta, a inquietação operária aumentou a força da contenção da produção. Objetivando pressionar a

⁵⁴ Evidentemente, não ignoramos o trabalho pioneiro de Michael Löwy sobre *Histeria e revolução de classe*. Ver Michael Löwy, "Consciência de classe e partido revolucionário", *Revista Brasileira*, n. 1, 1962, e Michael Löwy e Sara Chavak, "Opiniões e atitudes dos líderes sindicais metalúrgicos", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 13, 1962. Sem dúvida, trata-se de um trabalho que, por meio de *Histeria e revolução de classe*, transformaram-se em importantes referências teóricas e metodológicas para a sociologia do trabalho no país. Contudo, admitimos que o problema do trabalho e da consciência operária e a consciência da liderança sindical da articulação da massa proletária e da consciência operária e a consciência nacional.

⁵⁵ A propósito da metodologia dialética de Marx, em especial sobre a "materialidade da consciência" (materialmente fixável) de "determinadas humanas" na determinação da consciência, a complexa e necessária relação de classe compreende a consciência de classe, a consciência política e a consciência revolucionária. Ver Fredrik Jameson, *Práticas da consciência* (Rio de Janeiro: Rocco, 1991), p. 11. Disponível em: <http://www.fredrikjameson.com>.

⁵⁶ Entrevista com Pedro, 12 de maio de 2009, em Santo André, São Paulo, Brasil. Lulista, 17 de maio, p. 62-3.

empresa por aumentos salariais, a conhecida técnica de diminuir o ritmo de trabalho surgiu como um estratagema dos grupos profissionais para pressionar a gerência. Por certa medida, a limitação produtiva substituiu o recurso à greve. Tendo em vista a fragilidade do movimento sindical, os operários se viam cada dia mais dependentes da utilização de enfrentamentos "espontâneos" no chão de fábrica para defender seus salários. Nesse sentido, a contenção identificada por Celso Frederico entre os anos de 1970 e 1971 prefigurou a resistência operária em 1978:

Orlando: "O engenheiro chegou pedindo aumento de produção, mas não falou em aumento de salário. No primeiro dia nós demos a produção que ele queria e pedimos aumento. Ele negou. Todo mundo amargou a produção! Foi impressionante! Não foi um, dois, três, foi todo mundo. Ai entramos em entendimento e deram aumento. Antes disso, fosse aumento de despesa ou operários, não como era todo mundo que amargava eles não podiam mandar todos embora".¹²

Naturalmente, trata-se de um estilo de análise da consciência operária que procura superar o excessivo enfoque "sindicalista" da enquete profissional. Daí a insistência de Frederico, em vez de destacar as inclinações psicológicas associadas aos desejos de crescimento dos operários, em concentrar-se nos conflitos entre os operários e as gerências. Entretanto, a deterioração das condições de vida na indústria reflete a ideologia do progresso individual no alicerce de todos, e não é acidental que, entre os ajudantes, o projeto de progredir dentro da fábrica tenha se deslocado para o "futuro dos filhos".

Além disso, se a condição operária, em especial no setor competitivo da indústria automotiva, foi capaz de promover uma espécie de *convergência produtiva* entre os setores de relações industriais formais, não devemos negligenciar o papel que a *crítica política*, isto é, aquelas "orientações políticas assumidas pelas organizações sindicais e partidárias", cumpriu no amadurecimento da experiência operária. Heredados do período populista e intensamente perseguidos pelos militares, os agrupamentos políticos ressurgiram nas oposições sindicais. Estas empunharam-se em organizar "comitês de fábrica", passando a disputar com o aparato burocrático a influência sobre o operariado. Se durante o "milagre" predominou a influência das oposições sindicais nas fábricas, tendeu a declinar, resultando em vista a combinação da repressão militar com a atuação dos militares pelo "poderio sindical", id em meados dos anos 1970 a revivificação do ativismo na base referenciado no trabalho das oposições.

Vale observar, ainda, que a pesquisa de campo de Frederico atestou o acentuado comprometimento a realidade populista, reconstituída com base na ampliação de seu estudo de caso. Para tanto, o autor concentrou-se no amadurecimento da consciência operária sob o formalismo periferico, longe de uma deformação a ser e limitada pela modernização das relações políticas e econômicas, o populismo surgiu aos olhos do autor como um processo econômico, histórico e ideológico de desenvolvimento das lições sociais no Brasil.

O golpe de 1964 refletiu na perda da classe trabalhadora no interior dos modelos de desenvolvimento. As altas taxas de crescimento combinadas entre 1965 e 1975,

tomasdas à repressão operária, deslocaram as tensões classistas para o interior das fábricas, ocultando a deterioração de salários e condições de trabalho por meio de uma mobilidade ascendente acessível a uma minoria. De fato, imediatamente após o golpe, a destruição do sindicalismo populista e o recuo dos sindicatos para uma função de mero apoio assistencial fez com que o poder de barganha da classe operária fosse erodido. Além disso, a implantação do FGTS, ao facilitar as demissões, estimulou a concorrência entre os próprios trabalhadores, pressionando os salários para baixo. Para completar esse quadro, os operários temiam que uma eventual participação no sindicato redundasse em prisões e inquéritos na Justiça Militar.

Além disso, como bem observou Frederico, a passagem da barganha salarial coletiva para a barganha individual serviu para aumentar ainda mais a fratura no interior da própria classe. O jovem precariado metalúrgico viu a distância entre seus salários e os dos grupos profissionais aumentar. Enquanto estes procuravam se defender do ataque por meio "corporativistas", o precariado viu-se abandonado à própria sorte. Sua reação variou:

Do inconformismo latente a algumas manifestações "instintivas" e a restrição esporádica da produção, as lutas com as representantes do patrão nas greves, as tentativas de greves parciais etc. Quando a demanda da força de trabalho não qualificada aumentou, estes operários aproveitaram-se para procurar individualmente melhores empregos ou, quando as condições permitiram, participaram de protestos semiorganizados como as "operações-turquia" ou greves de seção etc.¹³

Órdes ■ Da burocracia sindical à vanguarda metalúrgica

Em meados da década de 1970, esse grupo operário lusalisceu com a rotatividade, a intensidade do trabalho e o aumento da repressão estreitou-se com uma burocracia sindical herdeira do colapso do populismo em busca de sua própria identidade: a pauta reivindicativa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo arremovava demandas que iam da liberalização do controle sobre os sindicatos à negociação coletiva livre com o restabelecimento do direito de greve. Contudo, a mesma pauta nada

[Idem, p. 176. Por detrás dessas formas difusas de protesto encontraremos relações de solidariedade que foram sendo construídas ao longo dos anos e cujas fontes podem ser percebidas tanto dentro – disposição física, discriminação racial... – quanto fora das fábricas – participação em associações de amigos de bairro, manifestações culturais, igrejas... Para detalhes sobre as organizações de operários cardeiros na região do ABCD entre 1954 e 1975, ver Heloisa Hicklin de Souza Martins, *Igreja e movimento operário no ABC* (São Paulo, Hucitec, 1994). Mesmo a aquisição da moradia, conquista frequentemente associada ao esforço individual do trabalhador, transitava de dentro para fora das fábricas e retornava aos locais de trabalho na forma de um incremento da solidariedade classista. Antes de mais nada, a moradia própria, que para os olhos dos operários era a principal estratégia de defesa contra a insegurança, para logo se transformou em um signo de distinção social, uma incontornável demonstração de progresso individual. Além disso, as mutações populistas para a construção da casa própria acabaram servindo para fortalecer em lugar de solidificar o vínculo com locais de trabalho, ressignificando o espaço urbano e a organização social. Para mais detalhes, ver Elenora Miquelini, *Condições de vida e trabalho dos operários metalúrgicos do ABC paulista* (São Paulo, Hucitec, 1994).

dizia sobre o fim da unidade sindical. Outro importante ponto da reivindicação metafísica era a demanda por combates de fáblicas mistas no interior das empresas com garantias de estabilidade para os delegados sindicais.

Carente de canais de comunicação com o governo e com as empresas, pressionada pelas condições de vida das bases e pela presença da oposição sindical, essa burocracia liderada por um conhecido "pelego", Paulo Vidal, foi aperfeiçoando sua prática "apolítica" para elitizar a filiação dos trabalhadores ao sindicato, promover o aperfeiçoamento do serviço de assistência médica e social¹⁴, construir uma nova sede, além de manter permanentemente o foco sobre o poder de compra dos salários. É no momento em que a ditadura militar começava a emitir os primeiros sinais de fadiga, essa burocracia mostrou-se permeável à inquietação operária, especialmente em relação à insatisfação com as horas extras e com a fixabilidade do trabalho. Em grande medida, essa sensibilidade decorria do fato de que uma parte importante dessa burocracia originava-se nas setores autônômicos.

QUADRO 11. A burocracia operária

Desde o início, a despeito das expressões "pelego" e "burocrata" praticamente caindo fora do léxico dos dirigentes do novo sindicalismo, tratava-se de fenômenos distintos. Aqui faz-se necessário afastar qualquer resíduo do juízo de valor ou prédica política moral. Antes de tudo, compreendamos a burocracia sindical como parte de uma relação social muito ampla. O "pelego" refere-se àquela burocracia sindical acomodada à estrutura oficial cujas práticas raras vezes transcendem os estreitos limites do ambiente sindical social. Por sua vez, a burocracia sindical debruça suas ações em um fenômeno de um só tempo econômico, institucional e político: o desenvolvimento de uma camada social que se apropria de funções organizativas previamente exercidas pelos próprios trabalhadores, ou seja, a *burocracia operária*.

Produto da introdução no seio do movimento operário da divisão social do trabalho, podemos dizer que a gênese da burocracia operária ocorre quando sindicalistas de tempo integral e intelectuais de classe média ocupam funções dirigentes no aparato sindical. Com o desenvolvimento da organização de massa, o aparato em tempo integral converte-se em uma burocracia permanente que cristaliza a divisão social do trabalho entre atividades intelectuais e manuais no próprio movimento operário. Não devemos nos esquecer de que as organizações coletivas da classe trabalhadora também são meios de progresso material individual. Daí a natureza socialmente conservadora do aparato burocrático — que se torna patente na usual recusa dos dirigentes sindicais em apoiar, quando emergem, lutas operárias mais avançadas. Isso porque existe algo a ser alcançado na luta de classes pelos sindicalistas: o próprio controle do aparato. O partido e o sindicato convertem-se em objetivos em si mesmos, devendo ser conservados a todo o custo.

As bases operárias tendem então a ser submeridas a um grupo de indivíduos responsáveis por suas próprias fileiras. Os operários transformam-se em objetos de uma função de ab-

stração exercida e reproduzida por seus próprios funcionários. A natureza socialmente conservadora da burocracia operária, e que a diferencia das demais burocracias capitalistas, deriva do fato de que, por um lado, seu poder não é exercido por meio da propriedade da coisa, mas do controle político do aparelho administrativo. Por outro, a burocracia operária é incapaz de reproduzir seu poder administrativo sem o recurso à riqueza moral. A necessidade do controle político do aparato somada à incapacidade de se libertar da influência do dinheiro faz com que o poder burocrático apoe-se, mormente, na pacificação, ou mesmo na supressão, da atividade independente das classes subalternas.

Por seu turno, a ascensão ao poder administrativo é mediada por uma seleção natural de quadros que favorece, na esfera valorativa, a consolidação de uma ideologia autogestiva estruturada em torno da crença de que "a burocracia é superior em conhecimento". Isso implica dizer que a burocracia operária não tem uma ideologia própria: ao contrário, ela se apóia na reificação do Estado capitalista e em sua suposta eficiência administrativa. Em termos valorativos, a burocracia é patetário de um fatalismo essencialmente conservador que, acompanhando Mandel, poderíamos chamar de *marxismo de abediência passiva*. Grande parte dessa ideologia nutre-se da função social "paternalista" que a burocracia sindical exerce. Dispensável dizer que este é levado a identificar no Estado capitalista o instrumento por excelência da solução dos conflitos trabalhistas.

Consequentemente, foram as vitórias parciais das classes trabalhadoras que permitiram o surgimento das burocracias operárias. Na medida em que estas vitórias mantiveram-se parciais, como o caso de lutas operárias no país entre 1917 e 1935, por exemplo, elas conduziram a operariado a derrotas parciais — a "Constituinte das Leis Trabalhistas" (1933) e uma estrutura sindical autoritária¹⁵. (Ou seja, a burocratização é um fenômeno social ambivalente apoiado em um equilíbrio transitório de forças cujo resultado é conservador, apesar de circunstancialmente poder assumir formas politicamente reformistas ou mesmo radicais. Em síntese, o poder burocrático sindical luta-se a construir e defender uma hegemonia precária sobre as bases operárias cujo horizonte insuperável é o próprio Estado capitalista¹⁶).

A reificação do sindicalismo em São Bernardo gerou certa controvérsia entre estudiosos: alguns perceberam a chance de superação da tutela do Estado sobre o sindicato e outros identificaram uma divisão no interior da classe que produziria uma "aristocracia operária"¹⁷. Afinal, se os "peões" do ABCD recebiam altos salários, exigindo inclusive negociação diferencial em relação à produtividade, possivelmente eles se inclinariam na direção de uma política prejudicial aos demais trabalhadores do país. Humphrey argumentou que, por diferentes motivos, essa interpretação carecia de fundamento. Em primeiro lugar, não estaríamos diante de um grupo operário estável

¹⁴ Para detalhes sobre a situação dos dirigentes sindicais com o tempo, particularmente entre 1945 e 1964, ver Adriano Pedreira de Souza Martins, *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil* (São Paulo, Hucitec, 1993).

¹⁵ Ver George M. Fredson, *Power and Union: A Marxist View of Bureaucracy* (New York, Vintage, 1972) e George M. Fredson, *Unions and Bureaucracy: A Marxist View of Bureaucracy* (New York, Vintage, 1972).

¹⁶ Não devemos esquecer que a primeira grande greve do setor de serviços ocorreu em 1917, logo em seguida à primeira greve do setor de comércio, em 1917, logo em seguida à primeira greve do setor de indústria, em 1917.

Peões 3: Da rejeição das bases ao ciclo das greves

Em 1977, a euforia com o "milagre econômico" já havia passado. Ao contrário, atingidos pela carestia e submetidos a duras condições de trabalho, os metalúrgicos esperavam o aumento da desigualdade promovido pelo modelo de desenvolvimento: "Uns dizem que o Brasil tá melhorando muito. Outros dizem: Olha, é como uma obobra podre... [...] O Brasil tá melhorando para os ricos e piorando para os pobres [...] Os aumentos do salário não resolve a situação"¹⁴. Além disso, a experiência com as eleições parlamentares de 1974, quando o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB) inesperadamente venceu a Aliança Renovadora Nacional (Arena) por ampla margem de votos, deixou claro que mesmo uma vitória da oposição parlamentar não seria suficiente para alterar a situação dos operários. O desinteresse dos metalúrgicos pela eleição de 1978 mostrou que eles distanciavam-se de uma eleição parlamentar para as lutas do regime:

As eleições, por exemplo, são das a quinze dias, mas a pessoa não tem nem conhecimento nem sequer pessoal de eleições, é a primeira eleição que se fez uma coisa social de classe [...] Ninguém sabe que vai votar nesse ou naquele. Como político, eu nunca vi uma coisa assim. Parece que a eleição está dando o maior desprezo em política. [...] Na última eleição eu votei no Queiroz e Silva e esse ano vou votar novamente no Silva que vai disputar a Arena. Agora pra ele não tem um dos dois partidos fazendo diferença.

A essa decepção somou-se a indignação com a manipulação dos índices inflacionários. Liderada pelo sindicato de São Bernardo, a campanha salarial de 1977 enfatizou a necessidade de recuperar tais perdas. A mobilização promovida pela campanha salarial revivificou o sindicalismo do ABCD, fortalecendo, ao mesmo tempo, o movimento nas bases, que exigiram a reestruturação da comunicação com as filiações. Nesse momento, o sindicato de São Bernardo inovou as reformas em seus jornais e boletins, tornando-os mais atraentes e simples de serem lidos pela jovem precarizada metalúrgica. O material de comunicação do sindicato incorporou, então, a ilustração na forma de charges, de cartuns e de histórias em quadrinhos em suas mensagens¹⁴.

Como resultado da mobilização, as assembleias operárias tornaram-se mais numerosas, levando a direção sindical a usar campos de futebol para abrigar a reunião da centralidade de trabalhadores que queria participar das reuniões. A agitação operária, naturalmente, repercutiu no interior das fábricas, onde os operários usavam qualquer horário disponível para debater a campanha. Comissões de fábrica foram criadas nas empresas onde não existiam e as já existentes foram renovadas pela mobilização das bases.

⁴⁴ *Journal of the American Historical Association*, 1904, 10, 190-2.

† *Chrysomelids* were collected from the same plants.

1. Die folgenden Aussagen sind wahr oder falsch? Begründen Sie!

Diante desse quadro, Lula da Silva declarou em seu discurso de posse à frente do sindicato, em 21 de abril de 1978, que a paciência em negociar com as empresas e com o governo já havia se esgotado:

Depois de seis meses, cheguei lamentavelmente à conclusão de que a classe empresarial não quer negociar com seus trabalhadores, mas tirar toda a sua força física até a última gota de suor. Então estou na hora de deixar o diálogo de lado e partir para a exigência. Sem medo de nada."

A campanha salarial de 1978 representou para a burocracia sindical uma oportunidade ímpar, não apenas de consolidar o nível de mobilização conquistado no ano anterior, mas também de atrair as operações mais ativas na base.

A campanha enfatizava a inutilidade da negociação com o governo, afirmando que para salvar as plantas estancadas os mercalúrgicos deviam paralisar a produção.

Foi uma campanha de conscientização sobre a morte, mostrando-nos que ela só acontece e se desdobra se partilha pra pra, e quando nós falamos de morte, estamos falando de partilha pra pra. Não é falar não, é simplesmente partilhar a existência.⁴⁶

As reivindicações capitalizaram-se de forma rápida pelas empresas, evidenciando a existência de um avançado processo de auto-organização das bases". Apesar da disposição demonstrada pela liderança sindical de São Bernardo de estrear os vínculos com o jovem proletariado metalúrgico, a eclosão de um forte movimento grevista enraizado no chão de fábrica apanhou até mesmo a diretoria recém-eleita de surpresa. Nesse momento, o papel do sindicato limitou-se a intermediar os conflitos entre os operários grevistas e as empresas. Nas palavras de Luís da Silva:

Cidade em Ricardo Azeiteiro, *A história do trabalho*, cit., p. 18. Ou, de acordo com o relato de um operário metalúrgico da indústria automobilística: "No posto da direção, toda vez um agente chegou dizendo que havia acabado o dilúvio. E questão de dias e mais uma greve paralisa toda a Saurin e se abate incalçavelmente sobre nós as mesmas características da Saurin, por todas as grandes fábricas da região, desde a Saurin André, onde parelia quase toda a região. O movimento é espontâneo, entendido todo esse quadro anterior, é espontâneo porque ninguém insiste a essa direção, porque não havia anteriormente acabaria com toda a fábrica em seu sentido mais formal". Citado em Azeiteiro, p. 45-6.

Իրական կյանքում ընդհանուր հարաբերակցությունը «մոլորակ»-ի, p. 156

1. O número de operários pelas indústrias do setor têxtil, cerca de 280 mil operários, em 1978, aumentou-se adicionalmente ao movimento que mais de 1 milhão de operários tinham sido desalojados por serem empregados pelas indústrias sem as empresas do setor. Ver Ricardo Azeiteiro, *A*

Las relações a paratallunho da Santa, por exemplo, durá l'ou da Selva. Chas pomes n' Gato, torna remata da decencia, fubo que a Santa pomes no dia 12 de maio. No mudo, a ord' cavando e deia af' d'abandono na diemata. A verdade, que breves sequencia l'ou l'ou a Santa, a pomes. No l'ou da pomes.

The authors are grateful to the referees for their constructive comments and suggestions which have improved the presentation of the paper.

Nesse momento, a burocracia sindical de São Bernardo apoiou as reivindicações das bases, ao mesmo tempo em que se esforçava para construir uma imagem confiável perante as empresas¹⁴. Um estilo sindical que, em muitos aspectos, flertava com o *business unionism model* estadunidense, não fossa por duas diferenças: a resistência do patronato brasileiro em negociar e a influência exercida por organizações marxistas. Essa proximidade com o modelo estadunidense, aliás, faz parte das origens do sindicalismo "autêntico" do ABCD. Não nos esqueçamos que Paulo Vidal era conhecido pelego sindical que foi eleito à condição de presidente do sindicato de São Bernardo durante a intervenção do Ministério do Trabalho logo após o golpe militar. Ele, então, passou a ser tratado pela embaixada estadunidense nos moldes do sindicalismo "apolítico e técnico".

Liderada por Paulo Vidal, a burocracia sindical de São Bernardo atravessou a retomada da atividade política nas lutas operárias apoiada na "autenticidade sindical" noção com a qual travara contato durante os cursos preparados pelo Ministério do Trabalho. Uma noção que refletia a influência do *business unionism* nos locais de trabalho. O Estado estava exatamente em condicionar esse sindicalismo "autêntico" enraizado nas fábricas e que se supunha hábil em negociar salários e melhores condições de trabalho, com um sistema fabril controlado pelo fordismo penférico.²²

QUADRO 12. A formação da burocracia sindical de São Bernardo

4) Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo foi fundado em 12 de maio de 1959 e, desde sua fundação até o golpe militar de 1964, teve como secretário-geral o sindicalista comunista Christino Sampaio de Castro. No entanto, logo após o golpe, a repressão autoritária interveio no sindicato destruindo a antiga diretoria e impondo como interventor Cleusilene Guedes da Silva, que posteriormente também fez parte da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Na condição de interventor, Cleusilene trouxe alguns operários ligados ao movimento existia da Frente Nacional do Trabalho (FNT) que faziam oposição a Castro, dentre os quais um operário pernambucano, funcionário da Scania, Afonso Monteiro da Cruz, que, após o fim da intervenção em agosto de 1964, tornou-se presidente do sindicato. Cruz dirigiu o sindicato até o ano de 1968.

de 1969, quando um mandrilador funcionário da empresa Molins chamado Paulo Vidal assumiu a presidência da entidade.

Vidal foi quem convidou o jovem Luta da Silva para integrar a chapa da diretoria "ampliada", isso é, composta por 24 dirigentes. Como Luta da Silva não fazia parte da diretoria efetiva que podia se desligar da produção para dedicar-se exclusivamente ao trabalho sindical, acabou participando de reuniões da oposição sindical. Percebendo o movimento de Luta da Silva, Vidal convidou-o, em 1971, a assumir na eleição do ano seguinte o departamento de previdência do sindicato. Vale destacar que integrantes das duas chapas da oposição sindical a Vidal, tanto em 1969 quanto em 1972, foram presos e torturados no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOP-Sp). Tendo ganhado a eleição com uma estreita margem de votos e sentido-se pressionado pelos grupos de oposição, Vidal decidiu voltar-se para uma administração engajadora e concentrada em fortalecer as atividades jurídicas do sindicato, conter despesas, incentivar receitas e estreitar laços com governo e empresários. Como resultado, em junho de 1971, o sindicato lançou seu jornal, a *Tribuna Atletológica*, e, em 1972, inaugurou sua nova sede.

A fim de tentar a unte na política regional, Vidal deixou a presidência do sindicato em 1975, indicando Lula da Silva como seu sucessor, sem, contudo, abrir mão de sua ascendência sobre a nova diretoria. No segundo semestre de 1977, buscando uma forma de aproximar-se dos operários, o sindicato decidiu usar a denúncia de manipulação dos índices inflacionários de 1974 e 1975 como base da campanha salarial de 1978. Ainda em 1977, Vidal insistia em dizer nas assembleias que, se alguém propusesse greve aos trabalhadores, ele deveria denunciá-lo imediatamente ao sindicato. No entanto, aliada que estava a inclinação do sindicato, a campanha pela reposição dos 34,1% catalisou a insatisfação operária, impulsionando o ciclo grevista de maio de 1978. O resultado foi o mesmo: a campanha ~~em~~ tão grande que acabou impondo à diretoria a criação de uma comissão salarial de mobilização aberta a todos os trabalhadores interessados¹⁰.

Além dos ganhos salariais, o movimento de 1978 serviu para pôr fim a um período de dez anos de intenso controle exercido pela aliança empresarial-militar sobre as operações e seus sindicatos. Certos direitos sociais como o próprio direito de greve foram reconhecidos na prática ao longo das jornadas grevistas e a liderança sindical metalúrgica da ABCD adquiriu enorme prestígio, alcançando uma inédita projeção nacional ao mencionar a decisão da burocracia sindical, sob a pressão de agrupamentos populares, em discutir a criação do PT e da CUT. No entanto, a campanha salarial do ano seguinte deparou-se com um patronato determinado a determar o movimento. Na ocasião, o conflito tornou-se uma questão menor. As empresas cobravam dos militares

[illegible][illegible]

A despeito desse contratempo, a greve logrou desmoldar o olhar dos patrões e a verdadeira natureza da distensão do regime: concessões aos trabalhadores e não ao fora de questão.

Além disso, o movimento grevista enfrentou uma ideologia empresarial, essencialmente *arcaica*. Na dialética brasileira entre o atraso e a modernidade, como bem observou Humphrey, não eram os operários que escorrevam a modernização das relações industriais, mas sim os empresários: o modelo de desenvolvimento tanto periférico alimentou e reproduziu uma ideologia autoritária e paternalista que pressupunha que o grupo operário, especialmente o jovem precariado, era formado por uma massa ignorante e dependente de cuidados patronais. Em caso de conflitos os empresários recorriam ao Ministério do Trabalho, substituindo, assim, o conflito por Ou, conforme a semântica patronal, a rebeldia do trabalho resultava da ação de pequenos agrupamentos subversivos.

Hegemonia precária de volta ao poder burocrático?

Ao contrário, o movimento grevista do final dos anos 1970 trouxe de volta a questão operária para o centro do palco, ajudando a revelar a natureza reacionária dessa ideologia empresarial. Apoiada no reconhecimento de que o conflito entre o trabalhador e a empresa é permanente, a politização da consciência operária resultou diretamente do confinamento do conflito trabalhista ao espaço privado do chão de fábrica. Proibidos de se manifestar nas ruas, os metalúrgicos viraram obrigados a transformar a produção industrial em seu palco de lutas. "Não é possível fazer greve e não é possível não fazer greve": a solução para essa contradição foi "picar" os cartões e cruzar os braços.

Da "explosão de consciência de classe" verificada nesse período advém a reavaliação das assembleias metalúrgicas e das comissões de fábrica, redefinindo os horizontes da mobilização operária no país. Evidentemente, o sentido dessa "explosão" não se limita à "espontaneidade" da revolta operária. Ao contrário, a "súbita" intervenção do precariado metalúrgico e da construção civil no final dos anos 1970 foi antecelada pelo acúmulo de experiências de resistência operária tomado à ação clandestina das "oposições sindicais" surgidas no início da década. Enfrentando burocracias pelegas, as oposições apontavam nas comissões de fábrica como meio de criação de um novo sindicalismo. Independente e representativo.

Vale observar que nosso esforço no presente capítulo procurou afastar-se de uma interpretação "metafísica" da explosão de consciência de classe. Ao contrário, buscamos combinar as características mais salientes da regulação autoritária e do regime de acumulação despótico a fim de apreender o ciclo grevista como uma construção social enraizada no amadurecimento do classismo prático do precariado metalúrgico do ABCD. Aos nossos olhos, essa "explosão" assentou-se sobre dois pilares: objetivos táticos e estratégicos. Por um lado, temos as reivindicações imediatas ligadas às diferentes campanhas salariais e ao dia a dia das greves. Por outro, a necessidade de po-

der "recompilar a agenda para o futuro de este autêntico organismo, tal e qual é o corpo do peixe, com uma nova central sindical".

Essas "operações cartanga" no início dos anos 1970 aos protestos laterais pelos salários produzidos entre 1973 e 1974 até chegarmos às paralisações de 1977, a "operação amadureceu lentamente na consciência do precariado metalúrgico do país". Logo após o lançamento da campanha salarial de 1978, surgem as operações "selvagens", em que os operários paralisavam o trabalho e logo retomavam a produção. Além de dificultar a repressão das chefias, essa tática permitia que os operários avaliassem sua força antes de iniciar o movimento grevista¹². Com a experiência acumulada em 1973 e 1974, os operários concluíram que o melhor momento para deflagrar o movimento era ou após o café ou após o almoço, pois as máquinas poderiam parar. Assim, enfraqueciam a pressão das chefias, que culbata sobre os operários a cruzar os braços¹³.

O operário grevista amparou-se na indignação dissemulada com salários e condições de trabalho. Por sua vez, a consciência dos operários apoiou-se na ação política clandestina de grupos organizados dentro e fora das empresas. Da pensável dizer que o trabalho organizativo desses militantes, muitos deles ligados às oposições sindicais e à luta moral operária, foi decisivo tanto para o sucesso do movimento grevista como para o fortalecimento das comissões de fábrica. Além disso, a mobilização operária no chão de fábrica criou centenas de comissões para negociar os encaminhamentos da greve com as empresas. O impulso para a criação e a reapropriação dessas comissões provinha, como não poderia deixar de ser, da forte agitação nas bases metalúrgicas que proporcionou nas comissões uma oportunidade ímpar de auto-organização, a um só tempo eficaz como instrumento de resistência ao despotismo fabril e independente do sindicato.

¹² Daí a necessidade de empregarmos uma teoria da consciência operária capaz de compreender social e logicamente a transformação dos objetivos táticos em estratégicos. Para mais detalhes, ver Antônio Maria, *Condições e luta: Ações Anuais do Futuro Working Class* (Londres: Macmillan, 1971). Além disso, os operários procuravam estabelecer canais horizontais de comunicação. Para tanto, criavam grupos extrapares comitês, tais como os grupos nos banheiros das empresas, enviando mensagens e recados de jornal, que serviam para reivindicar o direito grevista, além de transmitir informações sobre futuras paralisações. Assim, podiam diminuir a agitação operária das chefias, potencializando o elemento surpresa. O início da greve era, em geral, meticulosamente planejado. Foi o que ocorreu a respeito de uma greve para de auto-organização, em especial da Jovem Precariado Metalúrgico. Apesar disso, a realidade era uma constante entre os operários, em especial se considerarmos suas experiências grevistas. "A gente não sabia que todos fossem aderir. [...] Quando foi o dia da parada (17 de junho), depois do almoço, a gente falava 'tem que parar mesmo'. Falava firme mesmo. Nas vezes que a gente ainda gente firme, trocamos se estava tudo OK". Esse episódio para de tensão no interior das empresas fez com que os trabalhadores iniciassem subterfúgios para driblar a dominação das gerências. "Quando todo mundo parou, começamos a fazer rodinhas nas seções. Alô chefe correndo: 'Quando todo mundo parou, começamos a fazer rodinhas nas seções. Alô chefe correndo: a gente vai passar pelos corredores das seções. Não perguntava nada. Já chegamos, já havia'. [...] Dava uma sensação ruim — porque a educação que a gente tem é de ver o chefe e começar a trabalhar. A gente chegava e falava para os companheiros: 'A sensação é ruim mesmo, mas daqui a uns 15 ou 20 minutos você vai se acostumando a ficar parado na frente do chefe, por isso gente firme'". Operário grevista, citado em Antônio Maria, *A construção da greve*, cit., p. 43.

No momento mais intenso das lutas operárias, a perseguição às comissões no interior das fábricas somou-se à intransigência patronal em negociar com o sindicato fora delas. As gerências logo perceberam que a verdadeira força do movimento grevista não se originava da ação do sindicato, mas da rebelião operária no chão de fábrica. A reação oscilou entre a tentativa de destruir as comissões por meio de demissões e pela aceitação, mas sob o estrito controle gerencial. Naturalmente, não supunha que a assembleia operária não tivesse qualquer interferência nos assuntos trabalhistas. Um período de disputas entre operários e gerências em torno do controle das comissões sucedeu o movimento grevista.⁴¹

Em luta contra o arrocho salarial e o despotismo das chefias, os metalúrgicos do ABCD souberam combinar a resistência dentro das fábricas com uma flagrante mobilização política que agambarcos os mais diferentes espaços públicos ou semipúblicos: associações de amigos de bairro, estádios de futebol, igrejas... Assim, mesmo locais que originalmente deveriam evitar o debate político acabavam servindo a esse propósito.

Então as pessoas mesmo que não faz nada, mais pelo mesmo cometa a respeito das coisas que precisa ser feita, então nessas reuniões que é comunidade de base, o assunto é mais fala do evangelho e das coisas de Deus, mais como ajunta ali quinze, vinte pessoas, então, eles começa a fala das coisas do bairro também.⁴²

Além disso, a explosão de consciência de classe promoveu a democratização do movimento sindical por meio da revivificação das comissões de fábrica. Extraindo uma vitalidade das lutas no interior das fábricas, ou seja, prescindindo da estrutura sindical oficial para formular suas reivindicações, o ativismo das bases desafiou não apenas a hierarquia empresarial como também a própria burocracia sindical⁴³. As várias comissões de negociação de greve surgidas no período não apenas impulsionaram a luta contra os baixos salários e contra o despotismo fabril, como também erigiram um importante desafio ao cupulismo sindical⁴⁴. Vale ressaltar que a rebelião das bases estava frequentemente associada ao ativismo dos trabalhadores "horistas", cujas experiências anteriores de trabalho

no campo e jogavam as cartas aos ventos da indústria. Não por isso as bases rebeldes debaram de apoiar uma burocracia sindical que, naquele momento, mostrou-se comprometida com o impulso democratizante. Assim, apesar da existência de certa tensão latente verificada entre a assembleia dos trabalhadores e a burocracia sindical, é possível perceber claros indícios de aumento do apoio ao sindicato entre as fileiras operárias, particularmente entre os grupos mais precarizados de São Bernardo⁴⁵.

Mesmo após a derrota do ciclo grevista, em muitas empresas consideradas estratégicas pelo movimento sindical o processo de mobilização das bases não refluía. As plantas da Ford e da Scania estavam entre aquelas que sustentavam os mais altos níveis de mobilização e apoio ao sindicato. As duas greves com a ocupação da Ford ocorridas em maio e novembro de 1981 demonstram bem isso: após a demissão de 450 trabalhadores, no dia 3 de julho de 1981, os operários decidiram entrar em greve exigindo a readmissão dos demitidos. Utilizando diversas formas de pressão sobre a empresa, como passeatas internas e assembleias, após 6 dias parados os operários conquistaram 120 dias de estabilidade (ou a troca da estabilidade pelo pagamento correspondente, caso ocorresse novas demissões)⁴⁶.

A "Greve dos 6 dias" revelou duas importantes características daquele movimento: por um lado, um forte anseio na base capaz de proporcionar iniciativas como a realização de passeatas diárias de 6 mil trabalhadores por toda a empresa (a experiência de fazer parte de uma massa capaz de pressionar as gerências sem recorrer ao sindicato reforçava o militância no chão de fábrica, favorecendo o trabalho político-organizativo)⁴⁷,

⁴¹ "Isso Ferrador", voto-protesto proferido pela diretoria cassida de São Bernardo, foi o vencedor das eleições. E com ele um fim para as áreas em que houve menos número de votos válidos alcançou a primeira, segunda, terceira, linha de montagem, têxtil e galvanização. Ou seja, o candidato encetou os melhores resultados para sua proposta de não participação no sistema de representação, proposto pela empresa, nos locais onde se concentravam trabalhadores de baixo nível de qualificação, que fazem serviços monótonos e esvaziados. Amândio Maroni, *A estratégia da revolta*, cit. p. 113.

⁴² "Temos marcado a concentração para incluir a passaria num lugar que nós denominamos Praça 1º de Maio... e ficaremos diante do prédio da gerência para presenciar. Quando chegarmos lá em maio, na Praça 1º de Maio, isso me atraiu só em pensar, pois eram 6.000 companheiros (do turno do dia), é que eu soube que estava se formando uma comissão..." Operário da Ford, citado em José Carlos Aguiar Neto, *A jornada da Ford*, cit. p. 43. Além disso, os trabalhadores conseguiram que a empresa reconhecesse a comissão de fábrica provisória, com garantia de estabilidade no emprego até a implantação da comissão definitiva. De acordo com o depoimento de um operário grevista da Ford: "Só a pressão dos trabalhadores através da Administração, a Direção da empresa resolveu abrir as negociações imediatamente. Concedeu, então, aquilo que ela chama de sua última proposta e que era, além de aceitar os 120 dias de estabilidade, reconhecer a implantação de uma Comissão de Fábrica definitiva e reconhecimento da Comissão Provisória com todas as garantias. [...] Agora estou sendo honesto, nós achamos a proposta boa [...]". Citado em *ibidem*, p. 49.

⁴³ "Isso (a passaria) proporcionava uma demonstração de força incrível, só quem participou dessas passeatas pode ter avaliado a sensação de força que isso proporcionava. Os indivíduos parados e obedientes se transformavam, e isso transparecia na própria fisionomia, nos gestos e na voz. Pareciam donos da fábrica. [...] Com isso criava-se uma presença natural em aceitar as propostas do patrão, por melhores que possam ser, e não se aceita qualquer proposta com malícia agrada mesmo que tenha uma vantagem econômica imediata. Luta-se por mais. Parece que se luta por permanecer num estado de plena felicidade proporcionada pelo poder coletivo sobre a produção." *ibidem*, p. 89.

⁴⁴ Amândio Maroni relata, por exemplo, a experiência da empresa BRFal, onde, em 1980, diante das ameaças das gerências, o pessoal metalúrgico mostrou-se determinado a defender a existência da comissão formada durante a greve de 1978, utilizando inclusive o recurso ao "piquete interno": "[...] Quando a direção da empresa decidiu dispensar um dos últimos elementos combativos da 'velha' comissão que se formara em 78 e que, portanto, detinha estabilidade. Toda a produção parou em solidariedade em abril de 80. Reivindicando-se então readmissão imediata do operário excluído, 10% de aumento e fim da perseguição das chefias. Não todos aderem à paralização: um 'piquete interno' é formado, liderado pela comissão reconstituída - a desconhecida pela empresa - que impõe a paralisação às seções que resistiam. Frente à pressão do piquete, os próprios empregados ordenam a paralização afirmando 'pureza, porque eles vão amedrontar nós'. Fim do movimento piqueteiro e com o início das negociações, a liderança, sem que possa sob pressão do 'piquete interno', recusa-se a voltar a trabalhar antes que a 'comissão livre'. *ibidem*, p. 97.

⁴⁵ Citado em Luís Flávio Ralaba, *Os porões do grande ABC*, cit. p. 210.

⁴⁶ De fato, a multiplicação das comissões de negociação de greve não apenas revivificou a experiência sindical no ABCD como mostrou, na prática, a viabilidade de um sindicalismo livre de estruturas sindicais oficiais. Um sindicalismo descentralizado, democrático, independente do Estado e, ainda assim, extremamente por isso, fortemente representativo.

⁴⁷ Ver Jean Jacques Rodríguez, *Comitê de fábrica e trabalhadores na indústria* (São Paulo, Cortez, 1990).

por outro, a perseguição ao sindicalismo obrigou a diretoria a apelar-se ao movimento dos "peões". A burocracia sindical de São Bernardo soube, então, associar em trajetória ao "espontaneísmo" operário, legitimando-se perante os trabalhadores e, ao mesmo tempo, proporcionando-lhes uma direção politicamente confiável.

A combinação do ativismo metalúrgico com o prestígio das direções fez com que os operários da Ford parassem a produção por uma hora no dia 20 de novembro de 1981 em protesto contra a condenação de Lula da Silva e outros sindicalistas com base na Lei de Segurança Nacional. Na verdade, a Ford foi a única empresa do país a parar em solidariedade aos sindicalistas. A reabertura da empresa veio logo em seguida sob a forma da demissão, no mesmo dia, de um membro da comissão provisória (José Carlos Aguiar Brito), seguida de mais onze operários. Ao tomarem conhecimento dessas demissões, os operários, à revelia do sindicato, decidiram entrar em greve por tempo indeterminado, mantendo a fábrica ocupada com a gerência dentro. Essa decisão, na realidade, apoiou-se em um esforço organizativo de vários meses que mesclava assembleias com pequenas "greves" durante o período do almoço:

"Para manter o clima de mobilização contra as demissões inventamos um sistema. [...] Era uma hora de greve por dia, mas no hora do almoço. [...] Essa greve era a seguinte, os companheiros almoçavam e o resto do almoço, em vez de jogarem dominó ou lerem o jornal, ficavam fazendo assembleia até completar a hora do almoço. Isso dentro do setor, quase todas as vezes. [...] 'Vamos dar um alto para a greve do dia 20 de novembro, em solidariedade ao Lula... É que terminou com a minha demissão e mais a de 11 companheiros da Ford. [...] Era o clima criado através das assembleias difíceis no horário do almoço. É o pensamento do pessoal era que se mantivessem embora, nós paramos.'"

Calhe destacar que as comissões de fábrica nunca foram uma das principais preocupações do sindicalismo "autêntico": "Nessa época [1978], a liderança sindical de São Bernardo ainda tinha bastante resistência à representação por local de trabalho, receosa de que esta pudesse concorrer com o sindicato"¹. Nenhuma novidade: lembremos que o poder burocrático é exercido por meio do controle político do aparato administrativo. Na tentativa de reproduzir esse controle, a burocracia sindical é levada a suprimir a atividade independente dos trabalhadores. Essa postura dos sindicalistas de São Bernardo durou até o momento em que eles perceberam a necessidade de acompanhar o radicalismo das assembleias. Entretanto, a decisão não era nada confortável: ao apor-se na mobilização das bases — no poder das comissões e nas assembleias — para fazer frente à perseguição estatal, a burocracia sindical demonstrava na prática que um sindicalismo representativo e independente da estrutura sindical era viável.

Tal situação promoveu frequentes conflitos entre os "peões" e suas lideranças. Aqui vale lembrar um acontecimento aparentemente desimportante, mas que permite identificar certas tensões na relação da burocracia sindical com a assembleia operária. Chamado para intermediar um acordo com os grevistas da Ford, o então presidente

do sindicato de São Bernardo, Jair Meneguelli, ex-operário da própria empresa, submeteu à assembleia uma proposta que previa a readmissão de onze trabalhadores demitidos. Contudo, a proposta excluía do acordo o membro da comissão provisória que havia sido demitido pela Ford. A proposta foi aprovada por maioria sem que os operários fossem avisados pelo sindicato de que o membro da comissão fora excluído do acordo. A mesma omissão foi reproduzida nos boletins e no jornal do sindicato nos dias seguintes². Apesar da revolta dentro da fábrica causada pela divulgação da informação de que o representante da divisão de tratores na comissão provisória permanecia demitido, os operários não tiveram forças para retomar o movimento.

Outro momento de tensão pode ser percebido na formalização da comissão de fábrica da Ford. Afinal, essa comissão deveria estar submetida à direção da empresa ou permanecer vinculada à assembleia operária? No momento em que governo e empresários defendiam a criação de comissões de fábrica para pacificar os conflitos industriais, o sindicato aceitou a concepção da comissão como uma ferramenta auxiliar das gerências³. Na realidade, os estatutos da comissão elaborados pela Ford estabeleciam um sistema de arbitragem controlado pelas chefias e, naturalmente, evitavam qualquer referência à assembleia geral operária. Além disso, os estatutos foram aprovados por um acordo celebrado diretamente com o sindicato, sem participação dos operários⁴.

No entanto, o restabelecimento do controle da estrutura oficial sobre a assembleia operária não foi interpretado pelos trabalhadores como uma ameaça à democracia operária, exatamente porque a burocracia sindical podia contar com o elevado prestígio alcançado durante o ciclo grevista. Apoiando-se em um estilo sindical permeável à reivindicação das bases, a burocracia de São Bernardo soube construir o consenso operário em torno dos estatutos da comissão permanente, apresentando-os como uma autêntica conquista da mobilização das bases: "Se o sindicato se apegar, as comissões

¹ Segundo o relato do próprio operário demitido: "As 2 horas da madrugada fui colocada em votação a proposta de voltar ao trabalho em troca da readmissão dos 11 despedidos. Uma outra reivindicação, que era um novo acordo de estabilidade, foi deixada de lado nesse momento. O presidente do sindicato, Jair Meneguelli, colocou a proposta em votação, sempre dizendo que entre os 11 não estava o companheiro da Comissão demitidos. Conforme o testemunho dos próprios trabalhadores, a grande maioria acabou votando o fim da greve acreditando que no acordo estavam todos incluídos." José Carlos Aguiar Brito, *A revolta da Ford*, cit. p. 73.

² "Preciso de um parêntese para discutir e ordenar a situação da fábrica. [...] Preciso da representação para poder trabalhar com tranquilidade." Werner Lechner, presidente da Mercedes-Benz, citado em *ibidem*, p. 107.

³ Este acordo era favorável tanto ao sindicato quanto à empresa. Por um lado, a burocracia sindical garantia a submissão da comissão de fábrica à estrutura oficial. Estatutariamente, a comissão foi transformada em uma extensão do sindicato e, portanto, da estrutura sindical oficial. No interior da fábrica, eliminando o espaço da burocracia sindical de que a auto-organização operária nos locais de trabalho visava disputar com o sindicato o poder de representação dos trabalhadores na produção imediata. Por outro, o sistema de arbitragem sob controle da Ford era estratégico para garantir certo nível de consentimento operário ao recorrer ao sindicato, a empresa tentava evitar o desconhecimento sobre o grupo operário experimentado nas greves. Ao fim e ao cabo, o processo de institucionalização da comissão de fábrica da Ford pacificou o conflito no chão de fábrica, ao mesmo tempo que fortaleceu o poder da estrutura sindical oficial.

¹ Operário da Ford, citado em *ibidem*, p. 59-60.

² Irani Jaconete Rodalques, *Comissão de fábrica*, cit., p. 50.

de fábrica vão passar por cima. [...] O sindicato funciona, para nós, como uma coisa que ajuda a enfrentar tudo isso, com a qual a gente participa. Eles participam com a gente, não é?». Ao mesmo tempo, a comissão permanentemente assegurou aos operários em especial ao jovem precariado metalúrgico, certo controle do despotismo laboral.

A gente conquistou um espaço bem grande com ela [comissão] lá. Trouxe bastante benefício [...] principalmente para a produção, onde os companheiros eram bastante prejudicados, que eu me lembro. Ali você era um escravizinho que entrava de manhã, saía de tarde, não podia falar nem a nem lá.⁷⁷

Além de fiscalizar as normas estabelecidas no contrato de trabalho, a comissão da fábrica restituiu à implementação de decisões gerenciais consideradas prejudiciais ao trabalhador: "Agora já facilita mais para o pessoal. Um pouquinho mais de liberdade no serviço. Trabalha com [a] cabeça mais sossegada. Acho que até o serviço rende mais que o pessoal trabalha mais tranquilo". Em suma, é possível perceber na instituição da comissão da Ford a presença de duas forças sociais, uma "externa" e outra "interna", moldando a reconfiguração da rebelião operária. A "externa" refere-se à postura da empresa que aceita flexibilizar a rigidez do controle sobre os operários admitindo ceder uma pequena parte do poder das gerências para a comissão. A "interna" localiza-se na centralização da comissão de fábrica pelo sindicato.⁷⁸

Não nos parece exagerado afirmar que a trajetória da comissão da Ford sintetiza alguns momentos-chave da relação entre a burocracia sindical de São Bernardo e a rebelião operária. Em primeiro lugar, temos o forte ativismo das bases, cuja envolvimento pode ser medido pelo número de greves realizadas entre 1978 e 1984: ao todo foram 27 greves, algumas delas com a tomada da fábrica. Além disso, o trabalho sindical na Ford remonta aos anos 1950. Como resultado, em 1981, dos cerca de 12 mil trabalhadores da empresa, 11 mil dos quais horistas (não qualificados ou sem-qualificados), cerca de 8 mil eram sindicalizados⁷⁹. Por fim, a mobilização das bases avançou jovens trabalhadores precarizados ao patamar de lideranças sindicais, im-

porando aqueles mais oprimidos e explorados que logo se aproximavam da burocracia sindical, passando a atuar como delegados de base⁸⁰.

Em resumo, diríamos que no final dos anos 1970, um inédito ciclo grevista dirigido por uma burocracia sindical afinada com a inquietação das bases metalúrgicas subverteu a estrutura sindical oficial, ameaçando a estabilidade política da ditadura militar. A decisão do aparelho de Estado de cassar sua liderança não surtiu o efeito esperado, simplesmente porque a força motriz da rebelião não era o sindicato, mas o próprio grupo operário. Num primeiro momento, o sindicato traduziu essa rebelião em uma série de campanhas reivindicativas mais ou menos bem-sucedidas. Assim, entrou em conflito com a própria estrutura sindical oficial da qual é produto. No momento do refluxo da rebelião operária, especialmente após a derrota da greve de 1980, a burocracia sindical reassumiu, não sem conflitos internos, sua função na estrutura oficial.

No entanto, na medida em que a revolta latente continuava a existir entre as fileiras operárias, as gerências perceberam que deveriam agir. Assim, respondendo ao processo de luta dos trabalhadores, a direção da Ford assumiu a tarefa de formalizar a comissão proibidora que, por sua vez, foi transformada em um instrumento de pacificação e de desmobilização dos trabalhadores da empresa. O sindicato colaborou indiretamente com esse resultado ao negociar um estatuto que subordinava a comissão ao arbítrio das chefias e não às deliberações da assembleia geral operária⁸¹.

Considerações finais

Se o lulismo for mesmo uma "revolução passiva à brasileira" que logrou constituir certas margens de consentimento popular por meio da incorporação de parte das reivindicações dos "de baixo" em reação à subversividade esporádica dos subalternos, a trajetória do novo sindicalismo pode nos dizer muito sobre as raízes do atual momento hegemônico. Não se trata apenas da origem do PT. Por si só, isso seria suficientemente importante para justificar um retorno às etnografias e aos estudos de caso

⁷⁷ Membro da comissão de fábrica da Ford, citado em Ileana Jacome Rodrigues, *Comissão de fábrica*, cit. p. 79.

⁷⁸ Ferramenteiros da Ford, citado em *ibidem*, p. 96.

⁷⁹ Citado em *ibidem*, p. 96.

⁸⁰ Evidentemente, as bases percebiam os riscos da burocratização da comissão de fábrica, criticando frequentemente a acomodação de seus representantes: "O pessoal da comissão, o que eu acho errado, eles conseguiram agora o tempo livre, desde a hora que entram até a hora que saem... se eles quiserem esse tempo aí que eles estão sendo livre para, digamos, ir no teatro trocar uma ideia, bater um papo, fazer lá a questão do bar-papo lá dentro... às vezes você passa na linha da circulação, você vê dois, três companheiros da comissão sentados lá. Nós estamos esperando uma reunião com fulano de tal, tá lá hora. Tudo bem! Mas, enquanto não chega a hora daquela reunião, tal hora com fulano de tal, sair dar uma volta, passar num setor". Operário da Ford, citado em *ibidem*, p. 92.

⁸¹ Para mais detalhes, ver *idem*. A importância da mobilização coletiva na Ford pode ser percebida no depoimento de um operário não qualificado admitido em 1974, após mobilizar na Volvo: "A comissão [na Ford] era totalmente diferente. Onde a gente percebia que os trabalhadores eram mais abertos, conversavam mais. A gente ouvia falar de sindicato. O pessoal discutia muito o sindicato [...] Na seção que eu trabalhava, tinha os grupos [democráticos de fábrica], não sei, quanto que falavam em política, e a gente começava a analisar, falavam de sindicalismo". Citado em *ibidem*, p. 98.

⁸² Como observa Rodrigues: "Essa liderança [que tem estado à frente nos embates com os empregados], em grande medida [na Ford], possui baixa escolaridade formal: um amplo contingente se situa entre os operários semiquilificados (cerca de 75%). Vale dizer, sem uma formação definida no sistema formal. Apenas 13% possuem alta qualificação: ferramentistas, fresadores etc. [...] A representação operária da FFI tem 60% de nordestinos [...]. A quase totalidade dos pais dos representantes da FFI possuem experiência de trabalho rural. Cerca de 61% só trabalharam na lavoura, outros 33% trabalharam muito tempo no campo. [...] Esses dados demonstram que a esmagadora maioria da liderança operária na empresa automobilística pesquisada são operários de primeira geração e esse fato não muda em nada sua combatividade, espírito de luta e a consciência de defesa dos interesses de sua classe". *ibidem*, p. 103.

É bem verdade que, hoje em dia, essa observação pode parecer extemporânea, tendo em vista o desmanche do movimento operário verificado nos anos 1990, assim como sua defensividade, até pelo menos os anos da década de 2000. Contudo, quando se trata do contexto histórico do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, tal observação poderia perfeitamente ser atendida.

que, ao longo dos anos 1970, regulamentar e analisar a relação dos "peões" do ABCD com a burocracia sindical de São Bernardo. Antes, porém, a revisão a essas perspectivas permitiu identificar os primeiros passos de uma nova forma de dominação social com fundamento localiza-se no encontro de dois tipos distintos, porém complementares, de consentimento.

Por um lado, vimos como a mobilização operária dos anos 1970, alimentada pela insatisfação com os salários e as condições de trabalho e apoiada pela ação clarividente de agrupamentos políticos detonou o maior ciclo grevista da história do país. Nesse momento, a burocracia sindical de São Bernardo, pressionada pelos operários e incapaz de negociar com a aliança empresarial-militar, subverteu, na prática, a estrutura oficial, dilgindo um ciclo de greves julgadas "ilegais" pelo regime. Entretanto, após a derrota da greve de 1980, essa burocracia reatou progressivamente seu lugar na estrutura sindical oficial, sem contudo deixar de apanhar concessões aos trabalhadores, como a história da comissão de fábrica da Ford apontou. Amparada no prestígio acumulado durante o ciclo grevista, essa burocracia assegurou um tipo de consentimento operário alicerçado na regulação dos conflitos fabris sob o controle da empresa. Além disso, ela logrou, não sem conflitos, é verdade, restabelecer a tutela das organizações de base à estrutura oficial.

Por outro lado, essa burocracia mostrou-se igualmente sensível às reivindicações das bases, além de permeável à incorporação daqueles operários que se destacavam pelo trabalho organizativo nas empresas. A trajetória de Lula da Silva aponta para essa direção: mesmo fazendo parte da diretoria ampliada do sindicato em 1969, aproximou-se da oposição a Paulo Vidal, reconciliando-se com o "pelego" sindical em troca de uma vaga na diretoria efetiva de 1972⁴⁹. Eleito diretor, ele passou a cuidar do recém-criado setor de previdência social e FGTS do sindicato. Escolhido por Vidal para encabeçar a chapa oficialista, procurou se cercar de novos ativistas oriundos das principais empresas do ABCD paulista. Surpreendido pela vitalidade da greve de 1978, viu-se obrigado a ampliar a direção sindical por meio da criação das comissões de salários e de mobilização. Lula da Silva ergueu um consentimento ativo à sua liderança pela frequente incorporação às fileiras sindicais dos ativistas mais destacados

das empresas". Contou para isso com o desdém após de diferentes agrupamentos políticos reorganizados em torno do PT e da CUT.

No encontro entre essas duas formas de consentimento, percebemos como a subversividade inorgânica transformou-se em consentimento ativo para muitas daquelas alianças provenientes das bases operárias. Além disso, podemos, da mesma maneira, notar em que medida o poder sindical oficial foi sendo conscientemente restabelecido pela burocracia, em detrimento das assembleias de fábrica. É uma nova forma de dominação social – apoiada sobre a pacificação reformista dos conflitos trabalhistas e somada à integração à estrutura sindical oficial, isto é, ao Estado, daqueles ativistas mais destacados – começa a se insinuar... Uma forma de dominação que desabrochou plenamente apenas após as eleições presidenciais de 2002. Investigar algumas das principais características da relação da regulação lulista com os sindicatos e destes com o precariado pós-fordista é o desafio do próximo capítulo.

⁴⁹ "Ali, nas eleições para a diretoria do Sindicato de 1972, resolvemos fazer uma chapa de oposição encabeçada por mim [Luciano Garcia Gilante]. Mas senti impossível derrotá-lo, porque tinham toda a apoio do governo e das empresas, sendo que nas fábricas pequenas os empregados eram atacados nos seus empregos, caso votassem na oposição. Ali fomos derrotados pelo governo e empresa [in partem], porém os votos dos sindicalizados da Ford foram nossa base de 20% para a oposição. No geral perdemos apenas por menos de 200 votos. Na chapa de oposição encabeçada por nós, o Lula fez parte integrante, até o último dia de registro, passando em seguida para o Paulo Vidal Neto. Dos 24 candidatos da nossa chapa de oposição, 17 foram presos e só foram soltos após as eleições do Sindicato. Isto quer dizer que apenas 7 puderam fazer a campanha de oposição. [...] Pouco tempo depois o Paulo Vidal renunciou a presidência do Sindicato para candidatar-se a vereador e aí usou a máquina do Sindicato para a sua eleição. Usando o dinheiro dos trabalhadores e o apoio da diretoria, assim ele se elegeu vereador em São Bernardo do Campo e aí então surgiu o Lula, como substituto de Paulo Vidal, na presidência do Sindicato." Luciano Garcia Gilante, citado em José Carlos Aguilar Brito, *A tomada da Ford*, cit., p. 10-1.

⁵⁰ A trajetória de Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, ajuda-nos a entender esse processo. Filho de trabalhadores rurais sem terra, Vicentinho migrou para São Paulo após transitar por inúmeras ocupações informais em Azará, no Rio Grande do Norte. Em 1976, logo ao chegar em Diadema, foi contratado pela empresa metalúrgica Tanari como inspetor de qualidade, filiando-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo no ano seguinte. Em 1980, trabalhando como inspetor de qualidade na Mercedes-Benz, Vicentinho destacou-se como um dos principais líderes da comissão de mobilização da greve de 1979, elegendo-se, em 1983, vice-presidente do sindicato. Em 1987, ele sucedeu Jair Meneguelli na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, tornando-se presidente nacional da CUT sete anos depois.